

José Veiga Torres

Por uma História Humana como Projecto

Teresa Rodrigues

A Estrutura Familiar em Lisboa nos Inícios do

Século XIX

38
2000

USOS DA HISTÓRIA

Carlos Maurício

O Portugal de Oliveira Martins e os Nacionalistas

(1880-1961)

José Eduardo Franco

Duas Utopias em Confronto: P.e António Vieira e

P.e Fernando Oliveira

Gladys Sabina Ribeiro

Os Portugueses na Formação da Nação Brasileira

- o debate historiográfico desde 1836

EM TORNO DA REPÚBLICA

Amadeu Carvalho Homem

Para uma História do Republicanismo Portuense

antes do Ultimato

David Luna de Carvalho

Os Alevantes de 1911 no Nordeste de S. Miguel

Armando Malheiro da Silva

A Escrita (Vária) da I República Portuguesa

Directora: Miriam Halpern Pereira

Redacção: Carlos Maurício, *História da Cultura*, CEHCP/ISCTE; Jorge Manuel Flores, *História da Expansão Portuguesa*, Universidade de Aveiro; José Vicente Serrão, *História Económica*, CEHCP/ISCTE; Magda Pinheiro, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Maria Carlos Radich, *História da Ciência e da Técnica*, CEHCP/ISCTE; Maria de Fátima Sá, *História Social Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Maria Fernanda Rollo, *História Contemporânea*, FCSH/UNL; Maria João Vaz, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Miriam Halpern Pereira, *História Contemporânea*, CEHCP/ISCTE; Raul Iturra, *Antropologia Social*, ISCTE; Sacuntala de Miranda, *História Contemporânea*, FCSH/UNL.

Secretária da redacção: Maria João Vaz

Consultores: A. H. Oliveira Marques, *História Medieval e Contemporânea*, FCSH/UNL; Afonso Marques dos Santos, *História do Brasil*, Univ. Federal do Rio de Janeiro; Alberto Gil Novales, *História de Espanha*, Univ. Complutense de Madrid; António Borges Coelho, *História Moderna*, FL/UL; Carlos Medeiros, *Geografia Humana*, FL/UL; H. Baquero Moreno, *História Medieval*, FL/UP; Isidoro Moreno, *Antropologia Social*, Fac. Geografia e História/Univ. Sevilha; J. Esteves Pereira, *História Moderna*, FCSH/UNL; Jill Dias, *História da Expansão Colonial*, FCSH/UNL; Joaquin del Moral Ruiz, *História de Espanha*, Univ. Autónoma de Madrid; Joel Serrão, *História Contemporânea*, FCSH/UNL; Jordi Nadal, *História de Espanha*, Univ. Barcelona; José-Augusto França, *História da Arte*, FCSH/UNL; José Jobson Arruda, *História do Brasil*, Univ. Estadual de São Paulo; José Maria Brandão de Brito, *Economia*, ISEG/UTL; M. Braga da Cruz, *Sociologia Política*, ICS/UL; Maria Beatriz Nizza da Silva, *História do Brasil*, Univ. Estadual de São Paulo e Univ. Portucalense; Nuria Sales, *História de Espanha*; Pedro Amaro, *História da Ciência e da Tecnologia*, ISA/UTL; Pierre Vilar, *História de Espanha*, Univ. de Paris; Ramón Villares, *História de Espanha*, Univ. Santiago de Compostela; Robert Rowland, *História Moderna*, ISCTE; Vítor Matias Ferreira, *Sociologia Urbana*, ISCTE.

Endereço da Redacção: Revista «Ler História»
— ISCTE, Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Propriedade do Título: Ler História, Associação de Actividades Científicas

Editor: Ler História — Associação de Actividades Científicas
ISCTE
Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa — Portugal

Capa: Marta Figueiredo

Composição: Paula Ferreira

Impressão: Gráfica 2000 — Cruz Quebrada

Distribuição: Sodilivros, Lda. — Trav. Estêvão Pinto, 6 A — Lisboa

Tiragem: 1000 ex.

Preço da capa: 2500\$00 + 5% IVA = 2625\$00

Depósito legal: 87039/95

© Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor.

A escrita (vária) da história da I República Portuguesa

Armando B. Malheiro da Silva

1. Nota explicativa

No decurso de um projecto de investigação académica sobre Sidónio Pais e o Sidonismo¹ decidimos proceder a uma retrospectiva crítica e a um recenseamento útil da produção historiográfica existente sobre as temáticas e problemáticas centrais da pesquisa em foco e daí resultou uma extensa *Introdução* que serve, em parte, de base ao presente artigo.

Concebido como um balanço ou um “ponto da situação” da escrita da História, vária ou diversíssima nos seus motivos, pressupostos e fins, o esforço retrospectivo e sinóptico efectuado vincula necessariamente a subjectividade do autor, mas apesar disso tende a contribuir para um frutífero debate científico em torno do conhecimento histórico adquirido e acumulado sobre a “experiência” republicana acontecida em Portugal nos alvares de um século quase a findar.

Um debate indispensável se entendermos e praticarmos o exercício historiográfico como uma tensão dialéctica constante que evoca e confronta a pluralidade natural de achegas narrativas e de perspectivas (auto)legitimadoras num processo de contínua superação hermenêutica.

■ ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA – Universidade do Minho

Este artigo reproduz parcialmente e com algumas adaptações a *Introdução* da dissertação de doutoramento intitulada *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, apresentada na Universidade do Minho em 1997 e cuja publicação abreviada está em preparação.

¹ Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*. 2 vols. Braga: Universidade do Minho, 1997.

2. A República e a História

O que foi a 1ª República Portuguesa instituída em 1910 e derrubada em 1926? Foi uma “epopeia” demoliberal regeneradora da Pátria decadente e humilhada? Foi “a Perversão e a Miséria, a Bancarrota e o Desprestígio” sob o “signo maçónico” internacional²? Ou foi, no reverso destas sectárias e redutoras fixações histórico-políticas, um fenómeno político-ideológico e cultural inscrito numa conjuntura balizada cronologicamente entre 1890 e 1926, marcada pela semi-periferia sócio-económica de Portugal e sujeita a múltiplas vicissitudes e contradições?

O discurso apologetico das virtudes cívicas e políticas da República decorre da militância afectiva e intelectual dos seus adeptos, visando claramente o “juízo” favorável do Tempo (Cronos) e da História (Clio), investida, desde a Antiguidade Clássica, como fonte legitimadora do Poder. É idêntico objectivo contamina e anima o discurso oposto, sempre dentro das três categorias que enformam a explicação e a compreensão históricas, a saber: a temporalidade, a factividade e a memorialidade³.

A defesa da obra republicana, bem como todo o ataque dirigido contra ela, exploram, compreensivelmente, a natural fragilidade da narrativa histórica — esta pressupõe sempre um sujeito condicionado pelo seu tempo, predisposto a zelar pela sua *verdade* e tentado a controlar a reprodução futura do seu *sentido*. É, pois, uma inevitabilidade epistemológica, uma característica intrínseca ao conhecimento histórico, mesmo quando se empregam os recursos metodológicos mais objectivos e sofisticados à luz do paradigma moderno da cientificidade. Assim sendo, não há que estranhar o excesso de subjectividade (e os ímpetos propagandísticos...) surgidos no calor da refrega política e no seu rescaldo.

A visão destrutiva, simplificada para efeitos de propaganda, que tanto os adversários da 1ª República (re)construíram e padronizaram, estimulados pela evolução tanto no domínio interno, caracterizado pelos inúmeros escolhos e contradições da prática republicana e pelo advento do Estado Novo salazarista, nacionalista, anti-parlamentar, corporativista e filofascista, como no domínio externo, afectado pela crise europeia de entre Guerras, exemplifica a distorsão da realidade histórica em pólos extremos e a “preto e branco”.

O Seculo de 7 de Fevereiro e de 1 de Março de 1934, sob o significativo cabeçalho *1910 — Efemerides dum Passado sem Grandeza — 1933*, publicou, à ma-

² Cf. COUCEIRO, Henrique de Paiva — *A Democracia nacional*. Coimbra: Edição do Autor, 1917, p. 93 e 86. A tese de que a 1ª República Portuguesa foi urdida no “xadrez” da diplomacia maçónica europeia aparece expandida num opúsculo do monárquico CASTRO, Luís Vieira de — *A Europa e a república portuguesa*. Londres, Berlim, Madrid. Coimbra: [Edição do Autor], 1922.

³ Ver MACEDO, Jorge Borges de — História, in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 10. Lisboa: Editorial Verbo, 1970, cols. 282-288.

neira de cronologia e ao longo de três páginas em cada número, um balanço e um juízo implacáveis sobre a situação política vivida até ao 28 de Maio de 1926, data da proclamada “redenção nacional”, do alegado fim do “caos” e do início da “ordem nova”⁴.

Estamos, sem dúvida, perante um exercício de propaganda em pleno campo da História-lição, da História-exemplo para meditação no presente e remédio no futuro⁵. Enfim, estamos diante de uma intencional e clássica exploração didáctica da memória social ou das memórias, entendida(s) como o cruzamento dinâmico e complexo da historiografia, do ensino e da divulgação histórica e ainda de “objectos” concebidos e derivados da reprodução mnemónica, como as festas comemorativas, as estátuas, as exposições, os filmes épicos, etc.⁶ Operar cultural, ideológica e politicamente sobre essa instância racional e colectiva que é a memória, tornou-se, pois, uma função trivial graças à incontornável cumplicidade da História.

Quando, em 1911, o comissário naval e um dos indefectíveis combatentes da Rotunda, Machado Santos, mandou para o prelo o relatório sobre *A Revolução Portuguesa*, elaborado com base na sua vivência dos acontecimentos e na ajuda de relatórios parcelares redigidos por outros revolucionários⁷, teve o cuidado de decla-

⁴ São sugestivos os encabeçamentos de ambos os números: “Capítulo de Revoluções e Tumultos. Mortos e feridos aos montes – Luto – Odios – Ruínas – Humilhações – Centenas de milhar de contos atirados á voragem em lutas fratricidas. Eis os resultados de uma política devassa e anti-patriótica de que o País ainda sofre e sofrerá, por largo tempo, as duras consequencias”; e “‘Formiga branca’, ‘Legião Vermelha’ & Cª Como se condena á morte num País onde não ha a pena ultima, — Um bando de sicários, ao serviço de facções politicas, mantem a Nação durante largos anos sob um autentico regime de terror. O rol de crimes, de atentados e de violencias, que vai ler-se, servirá para avivar a memoria duns e para chamar ao cumprimento dos seus deveres aqueles que podem impedir o regresso a semelhante sudario de vergonhas” (Cf. 1910 — Efemerides dum passado sem grandeza — 1933. *O Seculo*, Lisboa, 7 de Fevereiro de 1934, p. 1 e de 1 de Março de 1934, p. 1).

⁵ Atente-se no seguinte extracto: “Leiam todos os portugueses de boa vontade, — escreveu o articulista anónimo e reverenciador do emergente Salazarismo — que não querem o regresso a um passado tenebroso, que os martirizou física e moralmente, o rol que vai seguir-se. Leia-o, sobretudo, a mocidade generosa, que os não presenciou. E lendo-o, meditem no que os esperaria, se os bandos sanguinarios voltassem a instalar-se em Portugal, mais enfurecidos e mais dementados do que nunca. Talvez essa meditação os chame definitivamente ao cumprimento dos seus deveres, que consistem em cada qual defender a ordem e a paz publica conforme puder, porque só assim será possivel impedir o renascimento da anarquia de outros tempos” (Cf. *Ibidem*, 1 de Março de 1934, p. 1).

⁶ Ver TORGAL, Luís Reis — História... da “ciência” (ou “arte”) à memória, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 371.

⁷ Os relatórios de Machado Santos (relatório restrito), Afonso Pala, Mariano Choque Junior, José de Ascensão Valdês, Caetano do Carvalho Correia Henriques, Ernesto Gomes da Silva, Francisco de Sousa Marques e António Joaquim Ferreira Dinis, todos eles militares participantes no 5 de Outubro, encontravam-se inéditos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e foram publicados com o título *Relatórios sobre a revolução de 5 de Outubro, com prefácio e notas introdutórias de Carlos Ferrão*. Lisboa: Publicações Culturais da

rar, em jeito de nota de abertura, que escreveu em nome da Verdade e da Justiça, sugerindo, também, que a sua narrativa devia servir para desmarcar os “cobardes” e os “oportunistas” que haviam usurpado a República a quem ela “de direito” pertencia: “Depois da proclamação da Republica, os heroes e os organizadores da revolução cahiram sobre o Paiz como nuvem de gafanhotos. O Governo Provisorio tomou-os a serio e os verdadeiros foram postos de banda. Seria caso virgem na historia não succeder assim. O nosso relatorio desmascara-os, porque, no momento da acção, ninguem sabe onde se esconderam”⁸.

Pelo estreito ângulo auto-biográfico era, assim, iniciada a construção da memória republicana, ou seja, a exaltação apologética dos actos cometidos na hora do “combate glorioso” e da “promissora obra” subsequente, exibindo de permeio alguns “ajustes de contas” domésticos e pessoais. As limitações deste tipo de testemunho não o invalidam, porém, enquanto fonte das narrativas de recorte mais historicizante, destinadas a fixarem para a posteridade uma certa “verdade” histórica de todo o processo revolucionário.

De um vasto rol⁹ podemos citar o livro de Hermano Neves intitulado *Como triumphou a Republica*¹⁰, *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro* por Jorge Abreu¹¹, os dois pequenos volumes d’*A Revolução portugueza*¹² incluídos na colecção “Biblioteca do Povo e das Escolas” e a extensa “crónica” de Armando Ribeiro desfiada desde o reinado de D. Manuel II até aos dias da Revolução republicana¹³ ou ainda,

Câmara Municipal, 1978. Subsiste, porém, um número indeterminado de relatórios inéditos, inclusivé no Arquivo Pessoal de Machado Santos (em posse de familiares). A sua publicação vem ocorrendo de forma avulsa e esporádica: RODRIGUES, Fernando de Matos — O 5 de Outubro visto por um participante. Ao redor da revolução. Inédito apresentado por ... *História*, Lisboa (48) Out. 1982, p. 25-36; e RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar — Implantação da república em Portugal. Serviço de campanha. Relatório apresentado pelo Tenente Fernando Mauro d’Assumpção Carmo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 7 (tomo 2) 1985, p. 463-497.

⁸ Cf. SANTOS, Machado — *A Revolução portugueza. 1907-1910. Relatorio de ...* Lisboa: Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas & Franklin, 1911, p. [5]. Nota: consultámos o exemplar com dedicatória do Autor e por ele oferecido a Sidónio Pais, durante o período de actividade da Assembleia Nacional Constituinte (Arquivo Pessoal de Sidónio Pais — Secção Militar, Lente e Político, Publicações).

⁹ Ver resenha bibliográfica em MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia de história da 1ª república portugueza*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981, p. 140.

¹⁰ NEVES, Hermano — *Como triumphou a republica. Subsídios para a historia da revolução de 4 de Outubro de 1910*. Lisboa: Empresa Editora “Liberdade”, 1910.

¹¹ ABREU, Jorge de — *A Revolução portugueza. O 5 de Outubro (Lisboa 1910)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David, 1912.

¹² *A Revolução portugueza, 2 vols.* Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1912-1913.

¹³ RIBEIRO, Armando — *Historia da revolução portugueza, 6 vols.* Lisboa: João Romano Torres, s.d. O título indicado não é uniforme e extensivo a todos os volumes. Outros títulos que encabeçam os volumes da obra: *O Começo de um reinado. Elementos para a história do reinado de D. Manuel II* e *A Caminho da republica, 2ª parte*.

com o mesmo intuito causalista, a obra de José Arriaga *Os Últimos 60 anos da monarquia*¹⁴. Mas a notória parcialidade política destes fastos do republicanismo português não os diminui como registo fáctico de um tempo e de uma cultura, nem tão pouco como expressão de uma mentalidade que identificava República com Progresso e a convertia em “missão redentora” da Pátria.

Daí o balanço optimista e hagiográfico de um César da Silva ao contemplar os cerca de doze meses de Governo Provisório, durante os quais se elegeram e reuniram as Constituintes que promulgaram uma nova Constituição¹⁵. Daí, também, a divulgação apologetica do novo regime português entre as elites políticas, intelectuais e a opinião pública francesas. Philéas Lebesgue, na sequência de uma visita efectuada em 1911, não conteve o orgulho chauvinista de quem via frutificar em terra alheia o modelo concebido na sua Pátria, apressando-se a contribuir para que a velha aliada da rival Inglaterra entrasse decididamente na esfera de influência francesa: “Une République en Portugal, cela fait songer. (...) Les Portugais sont nos amis très sincères: toutes leurs admirations vont à la France, à ses penseurs, à ses savants, à ses artistes. Le mouvement démocratique portugais est positiviste essentiellement: il est né d'une colonisation intellectuelle française”¹⁶. Ao longo de cerca de trezentas e noventa páginas emerge o retrato optimista de um Portugal pequeno, mas singular no seu castiço sentimentalismo sebastianista, assimilado pelos republicanos que se assumiam como uma força construtiva do porvir. Um país pequeno, mas capaz de tirar partido do seu importante domínio colonial, empenhado na resolução do crónico problema financeiro e cioso da sua autonomia. Adverso, por isso, a federalismos dissolventes (uma Federação ibérica podia ameaçar os interesses geo-políticos da França...), embora aberto a um novo, estreito e fecundo relacionamento com a Espanha.

O cepticismo pragmático do sociólogo Léon Poinard, tido em grande consideração por Lebesgue, colidia com tal retrato demasiado optimista, como se infere da parte final do *Portugal ignorado*:¹⁷. A sua descrença na capacidade da revolução como meio eficaz para se obter a reconstituição social de um povo afigurou-se-lhe confirmada, uma vez mais, pela postura superficial e irrealista dos políticos republicanos, responsável, segundo ele, por um futuro bem pior que a tão contestada herança monárquica...

¹⁴ ARRIAGA, José de — *Os Últimos 60 annos da monarchia. Causas da revolução de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1911.

¹⁵ Cf. SILVA, Cesar da — *Salvé!...*, in *Vultos republicanos. Edição magnificamente illustrada contendo as biographias dos homens mais illustres da republica portugueza*. Lisboa: Editor e proprietário Henrique Bregante Torres, [1911], p. 12.

¹⁶ Cf. LEBESGUE, Philéas — *La République portugaise. (Le Sentiment national. Les ouvriers de l'ère moderne. La République vivante)*. Paris: Bibliothèque Internationale d'Édition E. Sansot, s.d., p. 30.

¹⁷ Cf. POINARD, Léon — *Portugal ignorado. Estudo social, economico e politico. Seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos*. Porto: Magalhães & Moniz, Ld^a Editores, 1912, p. 281.

Os excessos e os desencantos do processo revolucionário haveriam, pois, de fracturar as próprias hostes “outubristas”. A desilusão, a derrota e o irresistível apelo à *révanche* justificarão quer um memorialismo¹⁸ amargo, auto-probatório e modelador da “verdade” histórica, útil do ponto de vista informativo, mas ardiloso no plano das (re)interpretações, quer uma narrativa didáctica sobre as virtudes potenciais e os erros cometidos pelo novo regime, exemplificada, entre outras, pela *História da República. Noites do avôzinho* de José Agostinho de Oliveira¹⁹.

A acção dos vencedores não tardaria, também, a repercutir-se negativamente na vida dos vencidos. Queixaram-se, por isso, os monárquicos e os católicos das mais diversas iniquidades e ataques ao seu universo de valores, deixando para a História a sua defesa no *Album dos vencidos* de Pereira de Almeida²⁰ e em outros registos²¹. Matéria suficiente para ser lavrada a memória monárquica e conservadora dos erros próprios, das suas desavenças e antagonismos, da sua “cultura política”, mas sobretudo dos crimes sofridos e da acção quixotesca de Paiva Couceiro e dos seus homens. Para essa memória contribuíram Júlio de Vilhena²², Teixeira de Sousa²³, António Cabral²⁴, Malheiro Dias²⁵, Joaquim Leitão²⁶ e outros “cronistas” menores.

¹⁸ Ver com proveito MARQUES, A. H. de Oliveira — MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia de história da 1ª república portuguesa*, ob. cit., fontes e estudos dos vários capítulos da obra e, em especial, os que correspondem aos diferentes domínios temáticos da História.

¹⁹ Ver AGOSTINHO, José — *História da república. Noites do avôzinho*, 3 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, 1915. Do mesmo autor foi, então, publicada pelo mesmo editor Idem — *História de Portugal*, 5 vols. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.

²⁰ Cf. ALMEIDA, Alberto Pereira de — *Album dos vencidos, por... (Com valiosas colaborações)*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1913-1914, p. inum.

²¹ Ver, por exemplo, SILVA, Armando B. Malheiro da — Os Conspiradores no Sul da Galiza. As incursões monárquicas (1911-1912) na literatura portuguesa. *Bracara Augusta*, Braga, 47, 100 (1997)

²² Ver VILHENA, Júlio de — *Antes da república. (Notas autobiográficas)*, 4 vols [2 volumes e 2 suplementos]. Coimbra: França & Arménio Editores, 1916-1918.

²³ Ver SOUSA, Teixeira de — *A Força pública na revolução. (Réplica ao ex-coronel Albuquerque)*. Coimbra: Moura Marques, 1913.

²⁴ Ver CABRAL, António — *Alexandre Cabral. Memórias políticas. Homens e factos do meu tempo*. Lisboa: Editores J. Rodrigues & Cª, 1923; Idem — *As Cartas d'el-rei D. Carlos ao sr. João Franco. Cartas d'el-rei a José Luciano. A dictadura. Os Adiantamentos. O regicídio*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s.d.; Idem — *As Minhas memórias políticas. 4 vols*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1929-1932; Idem — *Os Culpados da queda da monarquia. De João Franco a Teixeira de Sousa. Outros culpados. Cartas históricas e inéditas. memórias políticas*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1940.

²⁵ Ver DIAS, Carlos Malheiro — *Do desafio á debandada. Vol. 1 – O Pesadêlo. Vol. 2 – Chêque ao rei...* Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & Cª, 1912; e Idem — *Em redor de um grande drama. Subsídios para uma historia da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Aillaud & Bertrand/Livraria Francisco Alves, s.d.

²⁶ Ver LEITÃO, Joaquim — *A Comédia política. (Entrevistas com os homens dos últimos dias da monarchia e com os primeiros dias da república)*. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1910; Idem — *Diário dos vencidos*. Porto: Lopes & Cª, 1911; Idem — *A Bandeira dos emigrados*. Porto: Edição do Autor, 1912; Idem — *Os Cem dias funestos. (Processo e condennação do ultimo presidente do conselho de 1910, Antonio*

À medida que a experiência republicana foi sendo submergida e “corroída” pela conturbada conjuntura nacional e internacional dos anos vinte, cresceu inexoravelmente, à direita e à esquerda (destaque para António Sérgio²⁷ e para o grupo da *Seara Nova*²⁸), a crítica implacável ao Estado republicano num contexto de indiscutível crise do modelo democrático e de assinalável vigor das propostas nacionalistas, anti-positivistas, integralistas, neoescolásticas e ultracatólicas. A génese e a expansão de ideologias totalizantes como o fascismo e o comunismo (marxismo-leninismo e estalinismo) não tardariam a reflectir-se, também, na produção historiográfica, como se verá mais adiante.

2.1. A Reabilitação histórico-política da República

Neste esquemático cenário percebe-se, antes de mais, o inalterável predomínio de uma abordagem histórica de matriz político-militar, diplomática e ideológica, mais ou menos entrosada na corrente historiográfica erudito-metódica²⁹, que fez escola e deixou semente desde o último quartel do séc. XIX. Será, aliás, sob a sua influência que, em plena formação do Estado Novo, uma certa historiografia demoliberal e pró-republicana ousará reagir contra a detracção que se abatera sobre os valores e os ideais proclamados em 1910.

Teixeira de Sousa, e do seu livro, “Para a História da Revolução”). Porto: Edição do Autor, 1912; Idem — *Couceiro, o capitão phantasma. Dos acontecimentos da Galliza a marcha para a segunda incursão monarchica*. Porto: Edição do Autor, 1914; Idem — *Em marcha para a 2ª incursão. Da concentração ao erguer do bivaque de Soutelinho da Raia para o ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1915; e Idem — *O Ataque a Chaves*. Porto: Edição do Autor, 1919.

²⁷ Ver SÉRGIO, António — *Breve interpretação da história de Portugal. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 144-145.

²⁸ Para uma síntese actualizada do ideário e da actividade deste movimento cultural e ideológico-político ver BARREIRA, Cecília — *Sondagens em torno da cultura e das ideologias em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Editorial Polemos, 1983, p. 101-119; VENTURA, António — *O Imaginário seareiro. Ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 15-62; CARDIA, Sttomayor — *Seara Nova. Antologia. Organização, prefácio e notas de ...* Lisboa: Publicações Alfa, 1990; e AMARO, António Rafael — *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, cultura e poder*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

²⁹ Não podemos tomá-la, porém, como um bloco homogéneo do ponto de vista metodológico-teórico. A par dos mais proeminentes professores de História do antigo Curso Superior de Letras (embrião da Faculdade de Letras de Lisboa), como David Lopes, José Maria Queirós Veloso, António Ferrão e Manuel Maria de Oliveira Ramos, cultores de uma pesquisa documental rigorosa, mas pobre em termos de problematização histórica, surgiram alguns arautos de uma “história-problema”, como Fidelino de Figueiredo ou Francisco Lopes Vieira de Almeida, que, sem negarem a relevância adquirida pela heurística, abriram caminho, nomeadamente na *Revista de História* (1912-1928), a uma reformulação epistemológica do trabalho histórico e à necessidade de umnexo interpretativo (de um plano teórico) no seio da narrativa historiográfica.

Surgiu, assim, um marco importante para os ulteriores, se bem que escassos, esforços de reabilitação histórica, mais ou menos credível, da 1ª República. Referimo-nos à obra colectiva dirigida e editada por Luís de Montalvor em dois volumes, colaborada por republicanos históricos, dois deles conceituados professores universitários, e centrada, apenas, nas origens (literalmente remotas...) do movimento republicano. O seu plano temático denuncia, de modo claro, essa flagrante limitação: na Introdução sub-intitulada *História das ideias republicanas em Portugal*, epígrafe colhida no trabalho precursor de Teófilo Braga³⁰, foram incluídos três capítulos, tendo sido o primeiro *Os factores democráticos na formação de Portugal* da autoria de Jaime Cortesão, o segundo *A Vida política do povo português, de 1500 a 1820* por Agostinho Fortes e o terceiro *Formação da ideologia republicana (1820-1880)* por Joaquim de Carvalho; na 1ª Parte — *A Formação do espírito político republicano* — temos dois capítulos, de cariz memorialístico, *O Movimento republicano e a consciência nacional* por Francisco Reis Santos e *A Revolta de 31 de Janeiro de 1891* pelo coronel Manuel Maria Coelho (um dos seus intervenientes); na 2ª Parte, consagrada à *Obra da propaganda republicana*, mais dois capítulos, um com idêntico título por José Lopes de Oliveira e o outro *A Obra revolucionária da propaganda. As Sociedades secretas* por Luz de Almeida, o célebre reorganizador da Carbonária Portuguesa; e na 3ª Parte, tecida *Da Ditadura à revolução*, surge o mesmo Lopes de Oliveira com o capítulo 1 *O Termo da propaganda doutrinária republicana e o período revolucionário* e o jornalista, propagandista republicano e participante na Revolução, Afonso de Bourbon e Meneses, com o capítulo 2 *O Movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República*. Em síntese, pode dizer-se que esta monumental obra, de excelente qualidade gráfica e muito ilustrada, combina alguns excursos analíticos e interpretativos, que se tornarão muito apreciados e citados nas décadas seguintes — foi o caso dos estudos de Jaime Cortesão e de Joaquim de Carvalho —, com notas e testemunhos directos da fase revolucionária, com inegável valor informativo, mas moldados pelo espírito geral da iniciativa, expressamente liberal e democrático³¹.

A grossa obra dirigida por Luís de Montalvor seguiu, afinal, um “programa” mais político-ideológico, que historiográfico, ao qual, nas décadas seguintes, se mantiveram fielmente apegados o referido José Lopes de Oliveira, por meio da sua incompleta *História da república portuguesa*³² e da brochura, redigida em colabo-

³⁰ Ver BRAGA, Teófilo — *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983 (1ª ed. 1880).

³¹ Cf. MONTALVOR, Luís de — *História do régimen republicano em Portugal. Publicada por ...*, vol. 1. Lisboa: Editorial Ática, 1930, p. 7-8. Ver comentário crítico a esta obra de TORRALBA, Luís Reis — *A História em tempo de “ditadura”*, in TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 272-274.

³² Ver OLIVEIRA, Lopes de — *História da república portuguesa. A Propaganda na monarquia constitucional*. Lisboa: Editorial Inquérito, [1947]

ração com Rocha Martins, sobre o 5 de Outubro³³, Carlos Ferrão, operoso e apaixonado defensor da obra republicana³⁴, Ramos de Almeida³⁵ ou ainda o porfiado militante republicano e socialista Raul Rego. Todos e cada um a seu modo votados ao estrênuo combate contra a “premeditada tática do inimigo”.

2.2. A *Táctica integralista*

Esse inimigo achava-se estribado nas instituições políticas instauradas após a ditadura militar de 1926 ou na historiografia nacionalista, em que avulta a influência do *Integralismo Lusitano*, movimento ideológico de pendor monárquico-tradicionalista, corporativista e municipalista, inspirado na *Action Française* de Charles Maurras e pontificado por António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz e Fernando Campos. Não servindo, é certo, de modelo exclusivo, até porque, como bem observou Luís Reis Torgal, o “movimento nacional e nacionalista, que se desenvolveu no seio da classe política e intelectual, é anterior à República e acompanha, muitas vezes, as lutas e as desilusões de liberais, republicanos e até de socialistas durante a Monarquia Constitucional”³⁶, o legado integralista foi, sem dúvida, determinante na definição dos parâmetros teóricos e doutrinários da escrita, do ensino e da divulgação da História desenvolvida em tempo de “ditadura”³⁷.

Explicitou-os, de forma lapidar, nos seus fundamentos últimos o mais polémico e irreverente dos historiadores integralistas e salazaristas. Alfredo Pimenta no seu estilo

³³ Ver MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes de — *A Revolução de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Edições Excelsior, s.d.

³⁴ Ver [FERRÃO, Carlos] — *História da república. Edição comemorativa do 50º aniversário da implantação da república*. Lisboa: Editorial Seculo, [1960]; Idem — *Em defesa da verdade*. Lisboa: Editorial “O Seculo”, 1962; Idem — *A Obra da república*. Lisboa: Editorial “O Século”, 1966; Idem — *Desfazendo mentiras e calúnias*. Lisboa: Editorial “O Seculo”, 1967; Idem — *O Integralismo e a república. Autópsia de um mito*, vols. 1 e 2. Lisboa: Editorial Inquérito, 1964 e 3º vol. Lisboa: Editorial “O Seculo”, 1965; e Idem — *Em defesa da república*. Lisboa: Edições Inquérito, 1963; Idem — *História da 1ª república*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

³⁵ Subscreeveu um folheto publicado por ocasião do 45º aniversário da proclamação da República, onde é resumida a luta do Povo português pela Liberdade ao longo dos séculos, evocadas as razões, protagonistas e momentos altos da implantação da República e, no fim, exortada a resistência dos verdadeiros democratas em prol da Democracia (Cf. ALMEIDA, Ramos de — *5 Outubro 1910. Proclamação da República. Comemoração do 45º aniversário 1955*. [Porto]: [Comissão das Comemorações composta por Dr. Armando Castro, Arq. Artur Andrade, Dr. Guedes Pinheiro, Dr. Júlio Semêdo, Dr. Mário Cal Brandão, Silva Petiz e Oliveira Valença], 1955, p. 13).

³⁶ Cf. TORRAL, Luís Reis — Sob o signo da “reconstrução nacional”, in TORRAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 219.

³⁷ Seguimos a epígrafe e a orientação analítica de TORRAL, Luís Reis — A história em tempo de “ditadura”, in *Ibidem*, p. 241-276.

“abrasivo” e inimitável escreveu: “A verdade é a verdade? É. Mas a verdade, fora da Revelação, não existe. Se tenho de tomar uma verdade relativa, adopto a verdade que serve a minha Pátria, e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la. Por isso, tenho para mim, sinto-o e proclamo-o, que a minha Pátria é a mais bela, a mais nobre, a maior de todas as Pátrias, e que são estas que devem servir a minha, e não a minha que deve servir a dos outros. (...) Numa palavra: em história de Portugal é verdadeiro tudo quanto glorifique a Nação Portuguesa; é falso tudo quanto a deprima, a diminua, a enerve e a enxovalhe”³⁸.

Ressalvado o extremo subjectivismo prescrito por Alfredo Pimenta, é dentro desta “moldura” programática que cabem as opções traçadas nas instituições de investigação (a Academia Portuguesa de História), de ensino (as Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa) e de propaganda (o Secretariado de Propaganda Nacional) do regime salazarista. Opções temáticas intencionalmente dirigidas para as grandes épocas da “gesta nacional” — a Idade Média e o período dos Descobrimentos — e adversas, portanto, a eventuais surtidas “independentes” pela Época Contemporânea, anatemizada como “muito próxima” do historiador e “pouco ou nada exemplar” da vida interna e da afirmação exterior da Nação portuguesa.

Os séculos XIX e XX serão, assim, proscritos ou, pelo menos, muito “retocados” e diminuídos nos programas escolares de todos os níveis de ensino e na produção historiográfica “tutelada” e premiada oficialmente. Não surpreende, por isso, a sucessão de imagens, de representações negativas, por exemplo, do liberalismo, do republicanismo e do sistema parlamentar, encadeadas numa “revisão” valorizadora do miguelismo³⁹, do franquismo ou do sidonismo, culminando na apologia do Estado Novo.

Um punhado de obras ilustram essa tendência.

A *História de Portugal* de João Ameal⁴⁰, mais precisamente no seu “livro VIII” composto de três breves e elucidativos capítulos: “Balbúrdia Sanguinolenta”, “Reconquista da Ordem” e “Para Além da Hora que Passa”. A *Histoire de la république portugaise* de Artur Ribeiro Lopes, mais sóbria no estilo, mas abertamente comprometida com uma filosofia política anti-iluminista, nacionalista e contra-revolucionária, legitimadora do papel histórico-político de António de Oliveira Salazar⁴¹.

³⁸ Cf. PIMENTA, Alfredo — *Novos estudos filosóficos e críticos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1935, p. 106-107.

³⁹ Ver a análise das diferentes leituras suscitadas por este fenómeno histórico e político-ideológico em SILVA, Armando Barreiros Malheiro da — *O Miguelismo na história contemporânea de Portugal. Retrospectiva e subsídios bibliográficos*. *Itinerarium*, Braga, 39, 1993, p. 537-647.

⁴⁰ Ver AMEAL, João — *História de Portugal das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1974, p. 689 e ss. (1ª edição 1940).

⁴¹ Ver LOPES, Artur Ribeiro — *Histoire de la république portugaise*. Paris: Les Oeuvres Françaises, 1939. A Introdução da obra tem o sugestivo subtítulo *Le Probleme de la liberte dans le temps et dans l'espace* e condensa a posição do A. Ao conceito universal de Liberdade destilado pelos revolucionários do séc. XVIII contrapõe a noção humana de Liberdade natural e relativizada.

Revolutionary Portugal (1910-1936) por V. de Bragança-Cunha, baseada na estratégia narrativa que contrapõe o Portugal de gloriosos feitos passados ao país doente, moribundo do século XIX, presa fácil da revolução, geradora da “República e do caos”, da desordem e da instabilidade a que só o Estado Novo conseguira pôr termo. E ainda *A Revolução Portuguesa* do historiador nacionalista espanhol Jesus Pabón, obra galardoada com o *Prémio Camões* de 1951 e em cujo prólogo da edição portuguesa pode ler-se uma inequívoca preferência ideológico-política “por D. Carlos contra Afonso Costa, por Sidónio Pais contra Bernardino Machado; numa palavra, pelo Estado Novo contra o regime demo-liberal.”⁴². Bem escrita e alicerçada num apreciável acervo bibliográfico de testemunhos históricos e memorialísticos, mais ou menos coevos, dos acontecimentos narrados, esta obra não pode ser vista como uma mera diatribe contra a 1ª República ou uma apologia primária do Estado Novo, suplantando do ponto de vista historiográfico as obras do mesmo período, nacionais e estrangeiras. Com efeito, Jesus Pabón, não obstante a sua confessada parcialidade, investiu os seus dotes de historiador profissional e pôde, assim, “pintar” um “mural” impressionante, cujos traços salientes são, naturalmente, a desordem, a demagogia e a instabilidade governativa que impeliavam o país para o abismo, evitado, porém, *in extremis* pelas “forças” do 28 de Maio, que derrubaram “o Partido Democrático, senhor da República, novamente ao leme, condenado irremediavelmente na consciência pública” e tornaram possível a entrada em cena de um “homem providencial” — Salazar.

2.3. *Em busca da objectividade perdida...*

Entre o programa da obra de Luís de Montalvor e o da historiografia integralista e nacional-salazarista foram cabendo, naturalmente, contribuições diversas, eivadas também de ideologia, mas mais permeáveis ao critério factológico e/ou ao primado positivista e erudito-metódico de pretensa objectividade histórica.

Espaço intermédio e difuso, onde cabe, por exemplo, a “crónica” da vivência directa dos acontecimentos, cerzida num estilo misto de descrição factual e de narrativa viva, cativante, inexacta, fantasiosa e apoiada em abundante ilustração fotográfica ou de *repórter* de jornal. Trata-se, aliás, de um género bem representado por Francisco da Rocha Martins, prolixo publicista monárquico, sidonista e, na última fase da sua vida, tenaz opositor ao Estado Novo, que deu largas à sua capacidade cronística em trabalhos de diverso tipo, vertidos alguns deles nas páginas do *ABC*

⁴² Cf. PABÓN, Jesus — *A Revolução portuguesa*. Lisboa: Editorial Aster, 1961. A 1ª edição da obra saiu em espanhol: Idem — *La Revolución portuguesa*, 2 vols. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1945.

ou do *Arquivo Nacional* e reunidos em livro. Testemunha activa do processo de transição da Monarquia para a República e da atribulada vida desta, publicou, em fascículos, mas incompleta, *A Republica (Memórias para a historia do novo regimen)*⁴³, *João Franco e o seu tempo*⁴⁴, os dois volumes de *D. Manuel II (Memorias para a historia do seu reinado)*⁴⁵, as *Memorias sobre Sidonio Paes*⁴⁶, *A Monarquia do Norte*⁴⁷ e essa volumosa galeria de retratos de destacadas figuras nacionais intitulada *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*⁴⁸.

Incluído na colecção *Portugal Histórico* para adolescentes e dirigida por A. Duarte de Almeida, saiu a público, em 1936, um volume intitulado *Regimen republicano*, concebido como *documentário* e materializado numa exposição cronológica, fáctica e política, algo esquemática e tendencialmente neutra⁴⁹.

No ano anterior — em 1935 — foi publicado o sétimo volume da monumental *História de Portugal*, editada pela Portucalense Editora, de Barcelos, e comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade⁵⁰. O primeiro volume da comumente conhecida “edição de Barcelos” saiu em 1928, tendo por director científico o professor universitário Damião Peres e por director artístico Eleutério Cerdeira. Projecto de grande fôlego, nascido e terminado curiosamente durante a fase de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, impôs-se não apenas pelo aparatoso aspecto gráfico, mas pelo elenco de mais de duas dezenas de colaboradores (especialistas nas diferentes áreas da História de Portugal), pela qualidade, ainda que desigual, dos seus textos e pela estrutura interna repartida, para cada época, em “história política”, “organização económica”, “cultura”, “assistência”, etc., não seguindo apenas um critério dinástico. Mas apesar disto, pode dizer-se, como observou recentemente Luís Reis Torgal⁵¹, que a

⁴³ Ver MARTINS, Francisco da Rocha — *A Republica (Memórias para a história do novo regimen)*. Lisboa, s.d.

⁴⁴ Ver Idem — *João Franco e o seu tempo. [E Comentários livres ás cartas d’el-rei D. Carlos]*. Lisboa: Edição do Autor, s.d.

⁴⁵ Ver Idem — *D. Manuel II. (Memorias para a historia do seu reinado)*, 2 vols. Lisboa: Sociedade Editora “José Bastos”, 1931.

⁴⁶ Ver Idem — *Memorias sobre Sidonio Paes*. Lisboa: Edição da Sociedade Editorial ABC Limitada, 1921.

⁴⁷ Ver Idem — *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Editorial ABC, 1922.

⁴⁸ Ver Idem — *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de estado, homens de armas, homens de letras*, 4 vols. Lisboa: Vida Mundial Editora, 1948.

⁴⁹ Ver ALMEIDA, A. Duarte — *Regimen republicano. Documentário, 1910-1934*. Lisboa: João Romano Torres & C^o, 1936

⁵⁰ Ver PERES, Damião e CERDEIRA, Eleutério — *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses*, 7 vols. e 2 suplementos. Barcelos: Portucalense Editora, Lda/Livraria Civilização, 1928-1981.

⁵¹ Cf. TORGAL, Luís Reis — A história em tempo de “ditadura”, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 271.

História de Portugal manteve-se dentro dos parâmetros da historiografia política e cultural, sem a correlativa incidência socioeconómica. E isto ainda é mais evidente no último volume consagrado à história contemporânea. A perspectiva adoptada é quase meramente política e no que concerne ao período republicano os vários capítulos insertos nesse sétimo volume não foram além dos primeiros anos do regime. E só em 1954 foi, finalmente, superado o parco e deficiente tratamento conferido no volume sétimo à conjuntura republicana, com a publicação de um primeiro suplemento⁵² escrito *a solo* por Damião Peres, balizado entre 1911 e 1933 e estruturado em quatro partes — *História Política, História Económica, Vida Cultural e Ultramar Português* —, sendo a segunda subdividida em *população, moeda, vias de comunicação e actividades económicas*, a terceira em *instrução e instituições e sucessos culturais* e a quarta em *delimitação e ocupação, economia e política* e a *acção civilizadora*. A formação erudito-metódica e o positivismo historiográfico do autor não o impediram, porém, de manifestar ao longo de uma narrativa factológica, profusamente ilustrada, um certo pendor pró-nacionalista e pró-salazarista. Seja como for, há que reconhecer a importância deste contributo para a fixação de um registo historiográfico sobre a agitada vida política da 1ª República e sobre o advento do Estado Novo.

A *História de Portugal* de Damião Peres, dentro das condições político-ideológicas em que surgiu e foi difundida e apesar das limitações metodológicas de que enferrou⁵³, pôde exercer, segundo José Mattoso, uma influência positiva na investigação histórica portuguesa dos anos 30 a 60⁵⁴. E podemos mesmo acrescentar que no respeitante ao estudo da 1ª República essa influência se prolongou, pelo menos, até à década de setenta — período em que começou a ser publicada a *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão⁵⁵, obra de um só autor, filiada directamente na matriz da *História de “Barcelos”* —, atendendo a evidentes constrangimentos político-institucionais e a carências humanas e técnicas (incluimos aqui as dificuldades de acesso à informação arquivística dos sécs. XIX-XX), que bloquearam o ensino, o estudo e a pesquisa históricas sobre o Portugal contemporâneo.

⁵² Um segundo suplemento será editado pela Livraria Civilização do Porto, muito mais tarde, em 1981, intitulado *História de Portugal. 1933-1974. II Suplemento* da responsabilidade do embaixador Franco Nogueira, colaborador e biógrafo de António de Oliveira Salazar. O volume de Índices relativos aos 7 vols. (excluídos os suplementos) saiu em 1937.

⁵³ Ver TORGAL, Luís Reis Torgal — A história em tempo de “ditadura”, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 267-272.

⁵⁴ Cf. MATTOSO, José — Apresentação, in Idem (dir.) — *História de Portugal*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 10.

⁵⁵ Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal, 12 vols.* Lisboa: Editorial Verbo, 1977-1990. O último vol. é sobre *A Primeira República (1910-1926). História diplomática, social, económica e cultural.*

2.4. A Renovação historiográfica

Sem a Revolução de 25 de Abril e a subsequente criação das condições globais necessárias à explicação e à compreensão de um passado muito próximo, não se pode falar de uma efectiva renovação historiográfica quer em geral, quer em torno da 1ª República e do Estado Novo. A título meramente ilustrativo, julgamos oportuno lembrar o surto de novas revistas de História e de Ciências Sociais — neste campo difuso e amplo brotou em plena década de sessenta o refrescante e inovador projecto da *Análise Social* —, entre as quais podemos destacar a *Revista de História Económica e Social*, *Clio*, a *Revista de História das Ideias*, *Ler História*, *Nova História* e *Penélope*⁵⁶, a interessante aposta num periódico de divulgação histórica de periodicidade mensal — a revista *História*⁵⁷ — há pouco renovado e assente numa colaboração de qualidade mais regular, e ainda a realização de colóquios, dos quais salientamos, pelo seu impacte seminal, *O Fascismo em Portugal*⁵⁸ e *A Formação de Portugal Contemporâneo: 1900-1980*, colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, em Dezembro de 1981⁵⁹. São, claro está, apenas alguns dos vários repositórios onde é possível colher contribuições avulsas e de qualidade heterogénea sobre a 1ª República portuguesa, interessantes, sobretudo, como testemunho geral de um significativo esforço de renovação epistemológica e heurística.

É sabido que todo este impulso renovador germinou na primeira metade deste século, filiando-se tanto no contributo ensaístico-racionalista de António Sérgio e teórico-metodológico de Jaime Cortesão⁶⁰, como na abertura, a partir da década de quarenta, de alguns jovens historiadores profissionais e universitários à teoria marxista da história e ao paradigma historiográfico densencadeado em França pelos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, revista fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch⁶¹.

⁵⁶ Remetemos o leitor para a sinopse elaborada por MENDES, José Amado — A Renovação da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 337-342.

⁵⁷ Foram publicados os índices desde o nº 1 (1978) até nº 75 (1985). Ver GARCIA, José Manuel — Índices da História (nos 1 a 75). *História*, Lisboa (78) Abril 1985, p. 64-93; e ainda OLIVEIRA, Agnés P. M. Fernandes de, LOPES, Luís Filipe Gomes e PEIXOTO, Manuel Lemos — A História da História (Nos 1-27: 1978-1981). *História*, Lisboa (110) Julho 1988, p. 82-91.

⁵⁸ Ver *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

⁵⁹ As actas foram publicadas em dois grossos números da revista *Análise Social*. Lisboa, 18 (72-73-74) 1982 e 19 (77-78-79) 1983.

⁶⁰ Ver MENDES, José Amado — A Renovação da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 284-291.

⁶¹ Sobre a amizade leal e produtiva destes dois estudiosos, consubstanciada no empreendimento comum dos *Annales* ver FINK, Carole — *Marc Bloch. Uma vida na história*. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 131-167.

A proclamada *Nouvelle Histoire* dos *Annales* foi um projecto eclético. Os seus fundadores revelaram afinidades, rejeições e “contaminações” do marxismo, mas a aposta maior incidiu no aprofundamento crítico da posição dos sociólogos durkheimianos e da *Revue de Synthèse* de Henri Berr, favorável à aproximação da História relativamente às Ciências Sociais, a fim de que ela se renovasse, se actualizasse e se convertesse numa ciência social. Objectivo partilhado, também, por Febvre e Bloch, mas só alcançável, em sua opinião, através da ruptura com os ditames da “escola” tradicional. Por isso, o lema passou a ser “renovar completamente”, o que significava a instauração de um novo olhar, de novos problemas, de novos instrumentos e de novos fins. Enfim, a instauração de um ambicioso programa historiográfico delineado pela negativa, isto é, por um extenso rol de recusas: recusa da História política produzida por sujeitos ideologicamente integrados no Estado-Nação oitocentista; recusa do estudo do singular, do específico, do irrepitível, ou seja, do “evento”; recusa da forma narrativa e da ideologização do discurso histórico; recusa da acção social prescrita pela consciência cívica, pela consciência de si ou pela consciência de classe; recusa do pressuposto do tempo cronológico, linear, irreversível, bem como do evolucionismo progressista que lhe estava subjacente; recusa do conhecimento do passado pelo passado... Fica, pois, clara a tendência para um certo distanciamento dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais do tempo presente e uma notória prudência na tomada de posições públicas, como também é possível deduzir a importância atribuída à interdisciplinaridade e ao enfoque das questões económicas e sociais, analisadas de preferência através de um dispositivo “objectivante” de tipo quantitativo. Aliás, a posterior e distorcida sobrevalorização desta faceta tendeu a reduzir e a perverter o sentido de História total preconizada pelos fundadores dos *Annales* e seus destacados discípulos, como Fernand Braudel⁶².

A introdução deste paradigma historiográfico no meio universitário português passou, sem dúvida, pela vasta e variada obra de Vitorino Magalhães Godinho⁶³, que de 1947 a 1960 foi investigador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), tendo desenvolvido o seu trabalho em sintonia com o “espírito” dos *Annales*, dos seus mentores (Bloch e Febvre) e pupilos (Braudel, Albert Silbert, Philippe Ariès, Pierre Vilar, etc.). Convém, no entanto, frisar que a assimilação da *Nova História* ocorreu de permeio com outras influências — a marxista (pontificada por Jorge Borges

⁶² Para esta sinopse doutrinária dos *Annales* seguimos, além da citada biografia de Carole Fink e de alguns textos básicos, o artigo de REIS, José Carlos — Sobre a identidade ideológica dos *Annales*: a polémica e uma hipótese. *História*, São Paulo, 15, 1996, p. 111-127.

⁶³ Sobre a sua vida e obra ver MAGALHÃES, Joaquim Romero — De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988, p. 1-16; e Bibliografia do Prof. Vitorino Magalhães Godinho, in *Ibidem*, p. 17-41.

de Macedo⁶⁴, António José Saraiva, que dela se afastariam, e Armando de Castro, Joaquim Barradas de Carvalho, Victor de Sá, Augusto da Costa Dias, Alexandre Cabral...), a sergiana (muito perceptível em Joel Serrão) e a erudito-metódica coimbrã (renovada por Joaquim de Carvalho na sua vertente histórico-cultural e instituída em “escola” por José Sebastião da Silva Dias). Esta difícil e algo marginal gestação de alternativas no campo teórico e científico-prático da História foi-se, pois, corporizando numa produção avulsa, irregular, mas inovadora e estimulante, que nos interessa destacar, aqui, apenas na sua incidência específica sobre o estudo da génese, evolução e queda da 1ª República.

Pela obra individual e pelo marcante projecto colectivo — o *Dicionário de História de Portugal*, 1ª edição 1965-1971⁶⁵ — que dirigiu e concebeu, enquanto veículo essencial da *Nova História*, Joel Serrão é uma figura importante no panorama historiográfico do nosso tempo. Atraído pela problematização económica e sócio-cultural do Portugal oitocentista, conduziu minuciosas sondagens que o levaram a explorar o nexos causal do liberalismo ao republicanismo (através do vintismo de esquerda, setembrismo e municipalismo socialista de Henriques Nogueira), enunciado anteriormente por Joaquim de Carvalho. No verbete *republicanismo* redigido para o seu *Dicionário* e em outros textos do mesmo itinerário investigativo, entre 1958 a 1982⁶⁶, deixou clara a sua leitura do fenómeno republicano: “Se, de facto, como parece, a estrutura económica portuguesa só por volta de 1890 perde as últimas características do antigo regime, iniciando-se a viragem para a plena contemporaneidade, o republicanismo assumiria, à luz de tal perspectiva, o carácter de uma tomada de consciência nacional — e nacionalizante — da necessidade de modernizar o ideário liberal. Daí, acaso, o salto político do republicanismo”⁶⁷. Uma leitura que justapõe ao caso português a transição da “era liberal” para a “era demo-

⁶⁴ Ver Jorge Borges de Macedo. *Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*. Lisboa: Edições Colibri, 1991.

⁶⁵ Ver SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de história de Portugal*, 4 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965-1971. Sobre esta importante e pioneira obra de referência historiográfica ver MENDES, José Amado — A Renovação da historiografia portuguesa, in TORRALBA, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 318-320.

⁶⁶ Ver SERRÃO, Joel — *Sampaio Bruno: o homem e o pensamento*. Lisboa: Inquérito, 1958; os verbetes *Burguesia* — na época contemporânea, *Emigração*, *Povo* — na época contemporânea e *Republicanismo*, saídos no *Dicionário de História de Portugal*, vols. 1, 2 e 3; Idem — *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969; Idem — *Introdução ao estudo do pensamento político na época contemporânea: 1820-1920*, in Idem — *Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia de pensamento político português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979, p. 9-41 (2ª ed.); e Idem — *República se chamava*, in SANTOS, Machado — *A Revolução portuguesa 1907-1910*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. VII-L. Este último estudo aparece incluído em Idem — *Da “Regeneração” à República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

⁶⁷ Cf. SERRÃO, Joel — *Republicanismo*, in Idem (dir.) — *Dicionário de história de Portugal*, vol. 3, ob. cit., p. 594-595.

crática” ocorrida, segundo René Rémond⁶⁸, a partir de 1848 e que explica o carácter não só nacional e nacionalizante “mas também tendencialmente nacionalista que o republicanismo português assumiu, o que lhe permitiu, primeiro, sobreviver e, depois, a partir de cerca de 1880, progredir, polarizando, simultaneamente, ou seja, regeneradoramente, os anelos de tradição e de ressurgimento do País”⁶⁹.

Decorre, pois, desta constatação a síntese mobilizadora da tríade *colonialismo, democratismo e anticlericalismo*, inscrita na conjuntura sócio-económica mediada entre 1890 e 1926 e decorre, também, um aspecto paradoxal que Joel Serrão não vincou suficientemente e que, de há uns vinte anos a esta parte, tem sido alvo de enfoques avulsos e esporádicos, a saber:

Vasco Pulido Valente formulou a tese de um Partido Republicano Português lançado na destruição do “*genuíno liberalismo da Monarquia: e a República, longe de ser “democrática” no sentido moderno da palavra, sobrevivera graças ao terror popular (i. e., não policial). Ou seja, para lá da retórica oficial e oficiosa, estabelecera na prática uma ditadura de massas*”⁷⁰;

Manuel Villaverde Cabral debruçou-se sobre a crise económica, social, política e ideológica de 1890, tendo observado que o isolamento dos republicanos aquando do 31 de Janeiro de 1891 levou um certo número de ideólogos republicanos, como Basílio Teles, a dar ao nacionalismo exacerbado do período uma conotação cada vez mais autoritária⁷¹;

João Bonifácio Serra, para quem as “*ideologias globais, como as que se declaram de precedência cultural, deslizam para a intolerância*”⁷² (palavras escritas a propósito dos problemas surgidos com a aplicação da célebre Lei da Separação do Estado das Igrejas);

Rui Ramos, absolutamente explícito quanto à ideia de que os intelectuais do Partido Republicano se haviam estabelecido como os principais críticos do “parlamentarismo”⁷³; ou ainda

⁶⁸ Ver RÉMOND, René — *Introdução à história do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 145-190.

⁶⁹ Cf. SERRÃO, Joel — *Introdução ao estudo do pensamento político na época contemporânea: 1820-1920*, in Idem — *Liberalismo, socialismo, republicanismo. Antologia de pensamento político português*, ob. cit., p. 34.

⁷⁰ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 305.

⁷¹ Ver CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979, p. 105 e ss.

⁷² Cf. SERRA, João Bonifácio — *Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente*, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo, vol. 3*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 25 (2ª ed. *Portugal contemporâneo, vol. 2*. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1996, p. 25).

⁷³ Ver RAMOS, Rui — *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in MATTOSO, José — *História de Portugal, vol. 6*, ob. cit., p. 630.

Fernando Catroga, que, em estudo recente e de fôlego sobre a estrutura organizativa, ideário global e demopédia republicanas⁷⁴, acolheu a hipótese da incubação, na última fase propagandística do movimento (após o *Ultimatum*), de uma postura político-ideológica anti-parlamentar⁷⁵.

Este ligeiro “desvio” crítico em relação ao contributo de Joel Serrão mostra, afinal, a sua indelével capacidade de suscitar e modelar novas análises e aliciantes problematizações.

Não hesitamos, por isso, em aproximá-lo do profícuo trajecto de pesquisa, classificação e análise encetado por A. H. de Oliveira Marques. Licenciado em ciências histórico-filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1956, onde foi assistente, começou uma brilhante carreira de investigação como medievalista, mas a sua versatilidade temática orientou-o logo para outras áreas e períodos⁷⁶. Em 1967, na revista *O Tempo e O Modo*, publicou um artigo repartido por vários números e intitulado *Estudos sobre Portugal no século XX*⁷⁷, com o qual procedeu ao levantamento da composição e perfil das elites governantes das três primeiras décadas do século em busca das respectivas clivagens sociais e geracionais. No entanto, a pesquisa ficara apenas iniciada, optando, depois, quer por uma recolha monográfica e selectiva de dados sobre alguns vultos republicanos, tais como Bernardino Machado⁷⁸, Norton de Matos⁷⁹ e, sobretudo, Afonso Costa⁸⁰, quer pela concepção e publicação faseada de uma História da 1ª República.

⁷⁴ Ver CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. A regeneração pela Escola constituiu a base do projecto demopédico republicano como, em artigo recente, foi condensado de forma incisiva por PINTASSILGO, Joaquim — A Regeneração pela educação na escola primária da 1ª república. *Cultura. Revista de história e teoria das ideias*. Lisboa, 2ª série, 8, 1996, p. 115-133.

⁷⁵ A defesa minoritária do presidencialismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1911 ou o apelo à ordem e à conciliação da República com “as direitas”, sustentada, nos anos seguintes, por corifeus moderados como Manuel de Arriaga, Brito Camacho, António José de Almeida ou por “heróis do 5 de Outubro”, como Machado Santos e José Carlos da Maia, constituem, sem dúvida, claros indícios dessa tensão... E unitária, ou seja, contrária à fragmentação do P.R.P., único garante da almejada republicanização integral do país.

⁷⁶ Sobre este e outros aspectos biográficos ver A. H. de Oliveira Marques. *O Homem e o historiador. Balanço de seis décadas. Diálogos com João Pedro Ferro*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 32-33 e ss. Ver, também, MENDES, José Amado — A Renovação da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 320-324.

⁷⁷ Ver MARQUES, A.H. de Oliveira — Estudos sobre Portugal no século XX. I – Aspectos do poder executivo, 1900-1932. *O Tempo e O Modo*, Lisboa (47-48) 1967; (54-55) 1967; (62-63) 1968; (67) 1969; e (71-72) 1969.

⁷⁸ Ver Idem e COSTA, Fernando Marques da — *Bernardino Machado*. Lisboa: Montanha, 1978; e Idem — *Bernardino Machado. Manifestos políticos (1927-1940)*. Lisboa: Palas, 1978.

⁷⁹ Ver MARQUES, A.H. de Oliveira — *Norton de Matos (1867-1955) no 25º aniversário da sua morte. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa organizada pelo Grémio Lusitano e com introdução de ...* Lisboa: Biblioteca Nacional, Junho de 1980 (policop.).

⁸⁰ Ver Idem — *Afonso Costa*. Lisboa: Editora Arcádia, 1972; Idem — *Afonso Costa. Discursos parlamentares*, 3 vols. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1973 e Lisboa: Livraria Bertrand, 1976 e 1977;

Este projecto precedeu e entroncou na conhecida e inovadora *História de Portugal*⁸¹ feita a convite da Imprensa da Universidade de Columbia, Nova Iorque, como manual em duas versões — uma em inglês e outra em português — e com o “traço” específico de retirar à história política o *locus* central que lhe era geralmente atribuído⁸². Traço recorrente numa espécie de sinopse intitulada *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*⁸³ e dividida em sete capítulos, sendo o primeiro dedicado à população segundo os censos de 1911 e 1920, o segundo à propriedade e, correlativamente, à situação económica e financeira num espectro conjuntural pós-1880, o terceiro às classes sociais, o quarto à questão religiosa, o quinto à ideologia e política, que inclui programas, *corpus* doutrinário dos diferentes grupos e movimentos, além dos factos da vida política, o sexto aos aspectos culturais e, obviamente, à obra instructivo-educativa republicana, e o sétimo ao desenvolvimento colonial. Este esquema expositivo foi ampliado na obra *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*⁸⁴, em cuja *Introdução* o autor teve o ensejo de apresentar uma primeira classificação cronológica da produção historiográfica sobre a 1ª República. Com base nela procedeu à sistematização bibliográfica do *Guia de História da 1ª República Portuguesa*⁸⁵, instrumento fundamental na orientação de estudos monográficos e de síntese numa ilimitada pluralidade de direcções⁸⁶. Um minucioso plano de investigação global transposto como esque-

Idem — *O Segundo governo de Afonso Costa, 1915-1916. Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974; Idem — *O Terceiro governo de Afonso Costa - 1917. Actas dos Conselhos de Ministros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977; e Idem — *Correspondência política de Afonso Costa, 1896-1910*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

⁸¹ Ver Idem — *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do sr. Pinheiro de Azevedo. Manual para uso de estudantes e outros curiosos por assuntos do passado pátrio*, 2 vols. Lisboa: Palas Editores, 1977 (1ª ed. 1974).

⁸² Cf. MENDES, José Amado — A Reconstrução da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal*, ob. cit., p. 322.

⁸³ MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Primeira república portuguesa. (Alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

⁸⁴ Ver MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *História da 1ª república portuguesa. As Estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d.

⁸⁵ Ver Idem — *Guia de história da 1ª república portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

⁸⁶ Eis o sùmula possível: os âmbitos regional e local; a política, isto é, ideologia, partidos, geografia eleitoral, eventos e conjuntura política; as relações diplomáticas; a intervenção de Portugal na Grande Guerra; os comportamentos demográficos; a economia quer nos seus aspectos gerais, quer específicos, ou seja, propriedade, agricultura e pecuária, indústria, comércio, meios de comunicação; a actividade financeira; a sociedade; a vida quotidiana na alimentação, no vetuário, na habitação, na higiene e saúde, nos afectos, nas distrações e desporto, nas boas maneiras e na morte; o plano institucional e jurídico; a organização militar e naval; a esfera eclesiástica e religiosa; a cultura e as artes desdobradas em instrução, rede de bibliotecas, arquivos, museus e conjuntos monumentais, letras, ciência, artes plásticas e música; as biografias e prosopografias de chefes de Estado, de Governo, ministros, outros políticos e estadistas, altos funcionários, militares e marinheiros, eclesiásticos, intelectuais, escritores, artistas e ainda classes e grupos

ma orientador para o recente volume décimo primeiro da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, volume intitulado *Portugal da Monarquia para a República*⁸⁷ e coordenado por este último autor. E em articulação lógica com tal plano, bem como em sintonia com os seus interesses pessoais, há ainda a compilação, em 1988, de vários estudos avulsos⁸⁸, a organização do *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*⁸⁹ e a publicação em curso da *História da Maçonaria em Portugal*⁹⁰.

Trata-se de uma obra coerente e sólida que, como sublinhou João Bonifácio Serra⁹¹, veio preencher enormes lacunas de informação e contribuir de modo decisivo, dados os créditos profissionais do seu autor, para configurar a República como objecto de estudo científico, impondo aos estudiosos do tema rigorosos e fecundos parâmetros. Talvez por isso esteja presente em todos os trabalhos, mesmo no volume XI da *Nova História de Portugal*, a preocupação de sistematizar, mais do que interpretar. Não é uma limitação, antes uma característica inevitável, superada em algumas vertentes, sobretudo a política. Com efeito, Oliveira Marques não podia, considerando a influência do “espírito” dos *Annales*, cair numa mera descrição positivista e factualista da conjuntura político-partidária. Não podia desfiar de forma acrítica e passiva a sucessão dos eventos. Reagiu e posicionou-se, demarcando-se das conceptualizações politológicas baseadas na análise marxista da sociedade capitalista, caras a uma corrente historiográfica citada mais adiante, e firmando-se nos seguintes pontos:

- (a) em substituição de “República velha”, “República Nova” e “nova República velha” recuperou duas expressões usadas por Afonso Costa — “República forte” (1910-1917) e “República fraca” (1919-1926);
- (b) ainda no respeitante a periodizações do regime republicano avançou, recentemente, com a argumentação segundo a qual “a 1ª República esteve longe de

sociais; e, sob a designação de “ciências auxiliares da História”, as explorações temático-bibliográficas em geografia, em cronologia, em iconografia, em cinematografia, em fonografia, em publicidade, em genealogia, em heráldica, em diplomática e paleografia, em numismática e noutras conhecidas modalidades de colecionismo (filatelia, ex-librismo, erinofilia, filumenismo e vitofilia).

⁸⁷ Ver Idem (coord.) — Portugal da monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova história de Portugal*, vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

⁸⁸ Ver Idem — *Ensaio de história da 1ª república portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

⁸⁹ Ver Idem — *Dicionário de Maçonaria portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Editorial Delta, 1986.

⁹⁰ Ver Idem — *A Maçonaria portuguesa e o estado novo*, 2ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983; e Idem — *História da Maçonaria portuguesa*, 3 vols. — vol. 1 *Das origens ao triunfo*; vol. 2 — *Política e Maçonaria, 1820-1869 (1ª parte)*; e vol. 3 — *Política e Maçonaria 1820-1869*. Lisboa: Editorial Presença, 1990-1997.

⁹¹ Ver SERRA, João Bonifácio — Os Estudos sobre o século XX na historiografia portuguesa do pós-guerra. *Penélope*. Lisboa (5) 1991, p. 114-115.

*ser homogénea, subdividindo-se, por sua vez, em dois períodos de democracia parlamentar (1910-17; 1919-26), separados por um terceiro, de autocracia, que só de democrático tinha o nome (1917-19). E que houve porventura mais semelhanças entre algumas fases da Ditadura que se seguiu ao 28 de Maio de 1926 e certos momentos da 1ª República do que entre esta e o Sidonismo institucionalizado de 1918. E ponderar-se-ia ainda que, mesmo em termos políticos e abstraindo da figura do rei, a República parlamentar esteve mais próxima da Monarquia de 1908-10 do que esta da Ditadura franquista, cujo paralelo se encontraria antes no Dezembrismo de Sidónio Pais*⁹²;

- (c) rejeitou claramente o “atomismo periodista” da “velha” História política em favor de uma única época de conjunto, balizada por dois períodos de grande estabilidade: a Regeneração (1851) e o Estado Novo autoritário e antiliberal, surgido por volta de 1930; e
- (d) interpretou o colapso da 1ª República como inevitável, dentro das suas conexões estruturais com a Monarquia Constitucional: o regime instaurado em 5 de Outubro representou, pois, o acúmen do processo natural de evolução do liberalismo monárquico e nessa medida não trouxe nada de novo, nem pôde, por isso mesmo, desafiar o futuro próximo, sendo esmagado no embate com o fascismo.

A visão de fundo de Oliveira Marques sugere afinidades e empatias com autores teoricamente menos elaborados, mas cuidadosos artífices de uma historiografia “objectivante”. Está neste caso a obra de David Ferreira, incompleta e dispersa no *Dicionário de História de Portugal. Sobre a História Política da Primeira República Portuguesa*, Oliveira Marques considerou-a trabalho sério, mas desigual no seu mérito e na extensão concedida aos vários subperíodos da época estudada, revelando-se, porém, valioso “na descrição e interpretação dos governos Bernardino Machado, Azevedo Coutinho e Pimenta de Castro (1914-15), aos quais é consagrada toda a II parte e ainda uma fracção da I e aos governos de José de Castro, Afonso Costa (2º e 3º) e António José de Almeida (vol. II), com evidente prejuízo para os primeiros anos da República”⁹³.

Numa linha marxista foram, entretanto, emergindo os contributos de Flausino Torres⁹⁴ (contudo muito mitigado pela valorização da democracia republicana con-

⁹² Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — Portugal da monarquia para a república, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova história de Portugal*, vol. XI, ob. cit., p. 8.

⁹³ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia de história da 1ª república portuguesa*, ob. cit., p. 87.

⁹⁴ Ver TORRES, Flausino — *Leituras históricas. As Origens da república*. Lisboa: Prelo Editora, 1965; e *Idem* — *História contemporânea do povo português*, 3 vols. Lisboa: Prelo Editora, s.d.

tra a lógica ditatorial e fascizante ou fascista), de Costa Dias⁹⁵, de Victor de Sá⁹⁶, de Armando de Castro⁹⁷, de Ramiro da Costa⁹⁸ e de António Viana Martins.

Este último foi autor de uma dissertação apresentada, em 1970, na Universidade de Bruxelas, editada, seis anos mais tarde, com o título *Da I República ao Estado Novo*⁹⁹ e desenvolvida a partir da célebre referência à revolução portuguesa de 1910 por Lenine em O Estado e a Revolução: “Se se tomarem, a título de exemplo, as revoluções do século XX, será forçoso reconhecer que, com toda a evidência, as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra são “populares”, visto que a massa do povo, a sua imensa maioria, não intervém de modo visível, activo, autónomo, com reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem noutra destas revoluções”¹⁰⁰. Mas Lenine falhara, entre outros motivos, por não ter levado em conta o período revolucionário de 1820-1834 e isto fê-lo circunscrever a revolução burguesa ao estágio final de um processo que havia, afinal, começado quase cem anos antes: “Por conseguinte, é-se autorizado a dizer que os acontecimentos de Outubro de 1910, se não constituem a revolução burguesa em Portugal, representam contudo o seu último estágio, isto é, a consagração definitiva das suas conquistas”¹⁰¹. Esses acontecimentos eram, pois, o desfecho natural de um conflito que opusera os meios de produção e troca, em poder da burguesia, ao regime feudal da propriedade que se convertera num obstáculo ao desenvolvimento da produção. E o que se seguiu parece ilustrar o acidentado percurso do Estado burguês, mergulhado numa crise económica, financeira e social muito agravada pela Grande Guerra, até se converter em Estado totalitário.

Do cruzamento, mais ou menos vincado, desta linha interpretativa com as matrizes da história económica e social haveriam de surgir outras emanções inte-

⁹⁵ Ver DIAS, Augusto da Costa — *A Crise da consciência pequeno-burguesa. I – O nacionalismo literário da geração de 90*. Lisboa: Portugalia Editora, 1964.

⁹⁶ Para uma visão de conjunto da vida e obra deste historiador ver NUNES, Henrique Barreto — Victor de Sá: um homem na história, in *Estudos de história contemporânea portuguesa. Homenagem ao professor Victor de Sá. Organização do Centro de História da Universidade do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 7-19; e NUNES, Manuela Barreto — Bibliografia de Victor de Sá, in *Ibidem*, p. 21-51.

⁹⁷ Ver, entre outras obras, CASTRO, Armando de — *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*. Porto: Limiar, 1976 (1ª edição com o título *Introdução ao estudo da economia portuguesa. Fim do século XVIII a princípios do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1947); *Idem* — *Ensaio sobre cultura e história*. Porto: Editorial Inova, 1969; *Idem* — *A Economia portuguesa do século XX (1900-1925)*. Lisboa: Edições 70, 1973; e *Idem* — *Lições História de Portugal, 2 vols.* Lisboa: Editorial Caminho, 1982-1983.

⁹⁸ Ver COSTA, Ramiro da — *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976 (2ª ed.).

⁹⁹ Ver MARTINS, António Viana — *Da I República ao Estado Novo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

¹⁰⁰ Ver LENINE, V. L. — *L'État et la révolution*. Pequim: Éditions en Langues Étrangères, 1966, p. 48; cit. e traduzido por MARTINS, António Viana — *Ibidem*, p. 38.

¹⁰¹ Cf. MARTINS, António Viana — *Da I República ao Estado Novo*, ob. cit., p. 42.

ressantes nos finais da década de sessenta nas páginas de *O Tempo e o Modo* e dos *Cadernos de Circunstância* (1960-1970)¹⁰². Naquela revista merecem destaque os artigos de Vasco Pulido Valente sobre o Sidónio Pais focados adiante, de Oliveira Marques ou de João Martins Pereira, que aí veiculou a tese de que a solução autoritária de 1926 resultava do urgente e inevitável ajustamento das estruturas político-jurídicas com o nível primário das forças produtivas, ou seja, o salazarismo revelava, afinal, a incapacidade da burguesia para assegurar uma contínua acumulação de capital, ainda mal começada e carecida de um clima propício aos negócios, clima esse que o liberalismo republicano não conseguiu criar. Por seu turno, a equipa dos *Cadernos*, em que avultam as propostas interpretativas de Fernando Medeiros¹⁰³, insistiu nessa tese, concebendo o salazarismo como via de passagem do pré-capitalismo ao capitalismo, porque só o nacionalismo burguês e o fortalecimento do aparelho estatal, assegurados pela estratégia salazarista, é que permitiriam ao capitalismo português “sair da cepa torta”, operando uma acumulação “forçosamente seleccionada”¹⁰⁴.

Estas (re)formulações implicaram, desde logo, uma incrustação do político no económico e no social que tornou obrigatória a inserção da República num encadramento conjuntural balizado pela crise, em finais de oitocentos, do modelo capitalista português vinculado à economia metropolitana e o advento do Estado Novo no período de entre Guerras.

Em termos cronológicos postulava-se, assim, uma conjuntura, já claramente sugerida, como vimos, por Joel Serrão e justificada, em 1976, por Miriam Halpern Pereira com o argumento de que “só um estudo conjunto dos anos 1890-1926, período que tem uma unidade problemática que não tem sido salientada, pode permitir compreender o mecanismo das transformações económicas e políticas deste período. Esta é uma linha metodológica que reputo absolutamente fundamental. Normalmente separa-se o período 1890-1910 do período 1910-1926, o que significa isolar nascimento e maturação de um processo socio-político, quando eles se iluminam reciprocamente”¹⁰⁵.

Este posicionamento metodológico, tão nitidamente assumido, enquadra-se num naipe de problemas que a autora teve o cuidado de enunciar sob a forma de “guião”

¹⁰² Reeditados em 1975 pela Editorial Afrontamento do Porto.

¹⁰³ Desenvolvidas em trabalhos posteriores: MEDEIROS, Fernando — Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal no período entre as duas Guerras. *Análise Social*, Lisboa, 12 (46) 1976; Idem — *A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978; e Idem — Um sistema social de espaços múltiplos: a autonomia do local na sociedade portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra (25-26) 1988.

¹⁰⁴ Ver SERRA, João Bonifácio — Os Estudos sobre o século XX na historiografia portuguesa do pós-guerra, art. cit., p. 121.

¹⁰⁵ Cf. PEREIRA, Miriam Halpern — *Das revoluções liberais ao estado novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 209.

de pesquisas fundamentais que urge levar a cabo dentro dessa conjuntura. Uma primeira questão incide sobre a raiz do apoio sociologicamente heterogéneo obtido pelo Partido Republicano entre 1890 e 1910, e em saber como conseguiu suplantar o Partido Socialista e o movimento anarquista; outra questão remete para as posições do P.R.P, após 1911, já conhecido como Partido Democrático e confrontado com os grandes problemas nacionais, interessando apurar se houve ou não continuidade de políticas em torno desses problemas; outra tem a ver com a atitude de desafecção de importantes sectores da alta burguesia, a partir de 1920, face ao regime político republicano, convindo aquilatar, também, do grau de insatisfação da pequena burguesia e das classes trabalhadoras, o que leva à pertinente pergunta — “A que grupos sociais serviu finalmente a República?”; e uma última questão remete para a origem da desagregação do consenso em torno da República, processo lento, mas particularmente claro no pós-Grande Guerra¹⁰⁶. Mas este acervo de questões está longe de esgotar a problemática republicana e continua em aberto. A intenção de Miriam Halpern Pereira foi tão só a de delinear uma primeira arrumação de tópicos fulcrais e estimular avanços mais sistemáticos nessas direcções.

Um meritório esforço de planificação historiográfica que coincidiu, aliás, com a confluência de sugestivas aportações que privilegiavam a vertente económico-social, mais precisamente a candente questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento do capitalismo português. Questão para a qual, como se citou atrás, Armando de Castro contribuiu, em 1947, partindo da comparação exclusiva com o caso inglês e pondo em destaque o crescimento industrial, ao contrário, por exemplo, de Vitorino Magalhães Godinho¹⁰⁷ que, ao aceitar um grande desfasamento em relação ao modelo inglês, pendeu, inevitavelmente, para uma visão decadentista do processo histórico moderno e contemporâneo. A estas interpretações opostas e controversas seguiu-se a investigação pioneira e baseada em sólida documentação arquivística de Joel Serrão sobre a indústria portuguesa na primeira metade do séc. XIX¹⁰⁸, que Miriam Halpern Pereira considera próxima da tese decadentista de Godinho. Contra ela se insurgiria o estudo àcerca da indústria setecentista elaborado por Borges de Macedo¹⁰⁹ e, mais tarde, a abordagem de Albert

¹⁰⁶ Ver *Ibidem*, p. 209.

¹⁰⁷ Ver GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955; *Idem* — *Introdução à história económica*. Lisboa: Livros Horizonte, s.d.; e *Idem* — *A Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

¹⁰⁸ Ver SERRÃO, Joel — *Temas oitocentistas. Para a história de Portugal no século passado, 2 vols.* Lisboa: Ática/Portugália, 1959-1962.

¹⁰⁹ Ver MACEDO, Jorge Borges de — *O Bloqueio continental. Economia e guerra peninsular*. Lisboa: Delfos, 1962; e *Idem* — *Problemas da história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.

Silbert¹¹⁰ a propósito da ruptura originada pelas invasões francesas no ciclo de prosperidade económica trazido do século anterior.

No meio de outras achegas avulsas emergiu a da mesma Miriam Halpern Pereira com o conhecido estudo *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*¹¹¹, que resulta de um outro modelo interpretativo “centrado na articulação entre agricultura e mercado externo, numa subordinação externa cerceadora do processo de industrialização”¹¹². Em divergência com esta perspectiva e na esteira das teses de Armando de Castro e de Francisco Pereira de Moura¹¹³, Manuel Villaverde Cabral¹¹⁴ procurou demonstrar que a penetração do capitalismo nos campos e a subordinação da esfera agrária à esfera industrial e financeira podia ser seguida em Portugal desde a “revolução agrícola” do séc. XVIII e fora obtida de acordo com diversas modalidades e ritmos, sobressaindo a resistência não tanto do latifúndio, mas mais da pequena exploração familiar. Isto não impediu que o desenvolvimento do capitalismo expulsasse a população dos campos, embora o fraco investimento agrícola, politicamente protegido, associado ao êxodo rural, fizesse com que a produção agrícola, carecida de mão-de-obra, crescesse muito lentamente, tendo mesmo travado a expansão geral¹¹⁵. E o debate sobre o crescimento económico português prosseguiu, conhecendo a partir dos anos oitenta novas achegas, como foi a tese de doutoramento de Sacuntala de Miranda¹¹⁶, os trabalhos de Jaime Reis¹¹⁷

¹¹⁰ Ver SILBERT, Albert — *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIème siècle — début du XIXème siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée, 2 vols.* Paris: SEVPEN, 1966; Idem — *Le Problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales (1822-1823)*. Paris: PUF, 1968; e Idem — *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

¹¹¹ PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Cosmos, 1971 (2ª ed. Sá da Costa, 1983).

¹¹² Cf. PEREIRA, Miriam Halpern — *Das revoluções liberais ao estado novo*, ob. cit., p. 239.

¹¹³ Ver MOURA, Francisco Pereira de et alia — *Estudo sobre a indústria portuguesa*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1957; Idem e PINTO, Luís M. Teixeira — *Problemas do crescimento português*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1958; e Idem — *Por onde vai a economia portuguesa?* Lisboa: Dom Quixote, 1969.

¹¹⁴ Ver CABRAL, Manuel Villaverde (selecção, prefácio e notas) — *Materiais para a história da questão agrária em Portugal, sécs. XIX e XX*. Porto: Inova, 1974; Idem — *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1976; Idem — *O Operariado nas vésperas da república (1909-1910). Seguido de extractos da “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” (1909-1910)*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1977; Idem — *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, ob. cit.; e Idem — A Grande Guerra e o sidonismo: esboço interpretativo. *Análise Social*, Lisboa, 15 (58) p. 373-392.

¹¹⁵ Ver SERRA, João Bonifácio — Os Estudos sobre o século XX na historiografia portuguesa do pós-guerra, art. cit., p. 122.

¹¹⁶ Ver MIRANDA, Sacuntala de — *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*. Lisboa: Teorema, 1991 (ed. da tese defendida em 1987 com o título *O Declínio da supremacia britânica em Portugal*).

¹¹⁷ Ver REIS, Jaime — A Lei da fome: as origens do protecçãoismo cerealífero 1889-1914. *Análise Social*, Lisboa (60) 1979; Idem — A ‘Lei da fome’: as origens do protecçãoismo cerealífero 1889-1914, in *A Agricultura latifundiária na Península Ibérica*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980; Idem — O Atraso

e na senda aberta por este autor os estudos de Pedro Lains¹¹⁸ e David Justino¹¹⁹.

Mas se quisermos particularizar os efeitos específicos desse debate nos tentames de apreensão do fenómeno republicano e do advento do fascismo, forçoso se torna chamar, de novo, à cólação Villaverde Cabral, alinhando-o a par de, entre outros, Fernando Medeiros, António José Telo e Fernando Rosas, implicados numa das correntes historiográficas surgidas após o 25 de Abril, precisamente aquela que tende a explicitar o processo político-institucional através da caracterização dialéctica das estruturas económicas e sociais.

No *Portugal na alvorada do século XX* — sem dúvida uma das principais obras de referência para a historiografia dos anos oitenta, centrada na crise do Estado liberal e na génese do Salazarismo, do Estado Novo ou do Fascismo português¹²⁰ —, Villaverde Cabral tentou mostrar que a conjuntura de 1890 a 1914 (eclosão da Grande Guerra) foi marcada por transformações profundas da sociedade, que causaram uma complexa série de conflitos fatais para a sobrevivência do regime capitalista liberal. Essas transformações correspondiam a um efectivo crescimento das forças produtivas, embora fragmentário, inacabado e muito debilitado pelas suas próprias contradições, que trouxe consigo a emergência de “*um novo sistema de sociedade*” (frase que o autor foi buscar a Pierre Vilar), no seio do qual se intensificou e radicalizou o conflito entre os operários e os patrões, entre o proletariado e o Estado monárquico e republicano (objecto das 3^a, 4^a e 5^a partes da obra¹²¹), sinal claro da

económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, Lisboa (80) 1984; e Idem — A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal (1870-1913). *Análise Social*, Lisboa (96) 1987.

¹¹⁸ Ver LAINS, Pedro — *A Economia portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo, 1851-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

¹¹⁹ Ver JUSTINO, David — *A Formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913, 2 vols.* Lisboa: Vega, 1988-1989.

¹²⁰ Está, obviamente, fora dos parâmetros deste estudo contribuir para o debate sobre se o Estado Novo/Salazarismo foi um regime fascista ou um “autoritarismo conservador e integracionista”, como tem sido sustentado pelo sociólogo Manuel Braga da Cruz. Ver súpula historiográfica das diferentes interpretações em confronto em PINTO, António Costa — *O Salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 87-112. Uma versão parcelar foi publicada dois anos antes: Idem — O Salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas? *Análise Social*, Lisboa, 25 (108-109) 1990, p. 695-713. Ver também CABRAL, Manuel Villaverde — Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes. *Análise Social*, Lisboa, 12 (48) 1976, p. 873-915; PINTO, António Costa — A Ideologia do fascismo revisitada. Zeev Sternhall e os seus críticos. *Ler História*, Lisboa (6) 1985, p. 109-120; TORRAL, Luís Reis — Sobre a história do estado novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 14, 1992, p. 529-554; e ainda PINTO, Jaime Nogueira — *A Direita e as direitas*. Lisboa: Difel, 1996, p. 159-197.

¹²¹ Ver CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX*, ob. cit., p.195-450. Do mesmo autor ver *O Operariado nas vésperas da república (1909-1910)*, ob. cit.

“crescente autonomia das necessidades das classes laboriosas relativamente ao nível de crescimento das próprias forças produtivas industriais”¹²². Vários factores relacionados com a crise de 1890 explicam, segundo o autor, o movimento reivindicativo e organizativo que passou, doravante, a pressionar as classes dirigentes, forçando-as a tentativas de superação das suas dificuldades internas e de modernização do aparelho político e administrativo do Estado. Uma tentativa de sentido antiliberal, cesarista, vagamente bonapartista e bismarckiana surgiu pela mão de D. Carlos com João Franco¹²³. Dentro da República, entretanto instaurada, a reincidência chamou-se sidonismo, filiado nas soluções autoritárias (eivadas de nacionalismo exacerbado e de colonialismo acirrado pelo *Ultimatum* britânico) formuladas por alguns ideólogos republicanos (Basílio Teles é o mais referido) e configurado em formato proto-fascista, precursor do Estado Novo¹²⁴. E essa República parlamentar saída do 5 de Outubro de 1910 e das Constituintes de 1911, significou, também, uma tentativa de modernização do sistema, mas o facto do P.R.P. se achar mergulhado nas graves tensões e divisões das classes possidentes, pressionadas por um movimento operário cada vez mais combativo e radical, conduziu ao fracasso: a República não foi “capaz de reformar, nem em sentido autoritário nem em sentido democrático, o aparelho de dominação burguesa em vigor sob a Monarquia; na verdade, desde o desencadeamento da Guerra Mundial, o precário sistema político republicano tinha-se tornado presa dos golpes e contra-golpes extra-parlamentares, e até militares, e assim parece terminar em Portugal ‘o crepúsculo do Estado liberal’, para empregar a expressão de Gaetano Mosca”¹²⁵.

Pelo mesmo trilho teórico-metodológico seguiu Fernando Medeiros¹²⁶, cingindo-se ao período compreendido entre 1917 e 1926, para concluir que a crise económica e financeira de 1890 pôs em causa o modelo de desenvolvimento capitalista gerido após 1834 e baseado numa formação social maioritariamente camponesa e mercantil. A partir de finais de oitocentos verifica-se um “*reflexo isolacionista e de recuo das classes dominantes*” gerador de um novo ciclo colonial, ficando, assim, definido o quadro conjuntural em que deflagrou o confronto entre a oligarquia agrária e a burguesia desenvolvimentista, saldado, no fim, a favor daquela. E com um tal saldo falhava a estratégia do Partido Democrático, no pós-guerra, de “atracção liberal” a fim de reconverter a oligarquia tradicional numa “burguesia nova”, produtivista,

¹²² Cf. CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX*, ob. cit., p. 452.

¹²³ Um estudo monográfico recente insere-se dentro deste tipo de modelo interpretativo: SARDICA, José Miguel — *A Dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

¹²⁴ Leitura reproduzida em CABRAL, Manuel Villaverde — O Fascismo português numa perspectiva comparada, in *O Fascismo em Portugal*, ob. cit., p. 19-30.

¹²⁵ Cf. CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na alvorada do século XX*, ob. cit., p. 455.

¹²⁶ Ver MEDEIROS, Fernando — *A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, ob. cit.

apta a fomentar o tão desejado desenvolvimento industrial e agrícola. O “cálculo” deu, porém, um resultado inverso¹²⁷...

A partilha global desta perspectiva analítica depreende-se facilmente das pesquisas realizadas por António José Telo e condensadas em dois trabalhos de amplitude diferente: *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*¹²⁸ e *Decadência e Queda da I República Portuguesa*¹²⁹. Deixando aquele de lado, queremos realçar, em breves linhas, a explicação do autor para o fracasso da experiência republicana, anunciado, segundo ele, pelo sidonismo, porquanto o bloco social de apoio constituído em seu redor e composto pelo “*mundo agrário em geral e as classes de rendimentos fixos*” conseguiu resistir durante a “nova República velha” às políticas destinadas a favorecerem a curto prazo a prosperidade industrial e comercial e o alargamento do poder de compra urbano, jogando, no fim e pelo concurso de vários imponderáveis, o trunfo dos seus interesses¹³⁰. Em textos posteriores, o autor teve o ensejo de burilar e fundamentar melhor a sua “tese”. Referimo-nos, em concreto, ao estudo *A Busca frustrada do desenvolvimento*, incluído na obra *Portugal Contemporânea* dirigida por António Reis¹³¹, e ao recente *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*¹³².

No cerne destas análises avulta uma atenção especial dispensada à acção do movimento operário, entendido como peça fundamental de um sistema capitalista de matriz produtivista. As suas debilidades internas e precalços históricos, os seus encontros e desencontros com a pequena e média burguesias urbanas, sustentáculo natural do 5 de Outubro, ajudaram a “empurrar” a sociedade portuguesa para o 28 de Maio.

O estudo monográfico da organização e das estratégias do operariado português desde finais da Monarquia desemboca, naturalmente, no modelo interpretativo que temos estado a resumir, repartido por um conjunto variado de achegas de diferentes autores — desde o anarquista assumido Campos Lima¹³³, o socialista César Nogueira¹³⁴,

¹²⁷ Cf. MEDEIROS, Fernando — *A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, ob. cit., p. 3490.

¹²⁸ Ver TELO, António José — *O Sidonismo e o movimento operário português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

¹²⁹ Ver Idem — *Decadência e queda da I república portuguesa*, 2 vols. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980-1984.

¹³⁰ Ver Ibidem, 2º vol., p. 184-185.

¹³¹ Ver Idem — *A Busca frustrada do desenvolvimento*, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 3, ob. cit., p. 123-170.

¹³² Ver Idem — *Economia e império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

¹³³ Ver LIMA, João de Campos — *O Movimento operário em Portugal. (Dissertação para a cadeira de Ciência Económica, da Faculdade de Direito, apresentada no ano lectivo de 1903-1904)*. Porto: Afrontamento, 1972 (2ª ed.).

¹³⁴ Ver NOGUEIRA, César — *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*, 2 vols. Lisboa: Portugália Editora, 1964-1966.

os anarco-sindicalistas Alexandre Vieira¹³⁵ e Edgar Rodrigues¹³⁶ até historiadores e sociólogos como Ramiro da Costa, Carlos da Fonseca, Villaverde Cabral, Pacheco Pereira, César de Oliveira, Victor de Sá, António Ventura, Filomena Mónica ou João Freire¹³⁷.

A “questão” colonial tem-se revelado, também, decisiva para a compreensão do apogeu e da queda da 1ª República, embora careça ainda de muita atenção por parte da historiografia actual. São, de facto, escassos os trabalhos que sobre ela incidem e a maioria privilegia a vertente económica¹³⁸, enquanto a político-adminis-

¹³⁵ Ver VIEIRA, Alexandre — *Para a história do sindicalismo em Portugal. Notas preliminares de César de Oliveira*. Lisboa: Seara Nova, 1974 (2ª ed.).

¹³⁶ Ver RODRIGUES, Edgar — *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977; e Idem — *O Despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Sementeira, 1980.

¹³⁷ Deste punhado de autores ver, entre outros trabalhos, COSTA, Ramiro da — *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1º vol. 1820-1929 e 2º vol. 1930-1975*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979; FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, 4 vols.* Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.; CABRAL, Manuel Villaverde — *O Operariado nas vésperas da república (1909-1910)*, ob. cit.; PEREIRA, José Pacheco — *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Afrontamento, 1971; Idem — *As Lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*. Porto: Portucalense Editora, 1971; OLIVEIRA, César de — *O Operariado e a república democrática (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova, 1974 (2ª ed.); Idem (prefácio, notas e selecção de textos de) — *O Congresso sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento, 1971; SÁ, Victor de — *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Revista Técnica do Trabalho, 1981; e Idem — *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991; VENTURA, António e PEDROSO, Alberto (selecção, introdução e notas) — *Emílio Costa e o sindicalismo. Da formação libertária à Casa Sindical*. Lisboa: Seara Nova, 1977; e VENTURA, António — *Entre a república e a acracia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*. Lisboa: Edições Colibri, 1994; MÓNICA, Maria Filomena — *Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)*. *Análise Social*, Lisboa (60) 1979; Idem e PATRIARCA, Maria Fátima (coord.) — *O Movimento Operário em Portugal. Análise Social*, nº especial (67-68-69) 1981; e Idem — *A Formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; e FREIRE, João — *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

¹³⁸ É o caso do clássico estudo de CASTRO, Armando de — *O Sistema colonial português em África (Meados do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1980 (foi elaborado entre 1958 e 1959 e publicado na União Soviética em 1962, sob o pseudónimo de autor Joaquim Silva); e de alguns mais recentes como CAPELA, José — *O Imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias (As ideias coloniais de Marcelo Caetano -Legislação do trabalho nas colónias nos anos 60)*. Porto: Edições Afrontamento, 1977; CLARENCE-SMITH, Gervase — *O Terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985; ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1828-1938*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986 (ver ponto 3 — *A política “imperial” do Estado Novo* — do Cap. II, p. 75-92; e ponto 2.1.2 — *As relações com o comércio colonial* — do Cap. III, p. 137-154); MIRANDA, Sacuntala de — *Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30*, in *O Estado Novo. Das Origens ao fim da Autarcia 1926-1959*, vol. 1, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 249-258; TORRES, Adelino — *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991 (ver, sobretudo, Cap. 6 - *As Contradições do projecto económico*, p. 265-286); FORTUNA, Carlos — *O Fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, 1993 e de Idem — *O Desenvolvi-*

trativa e a ideológica têm sido alvo de um tratamento avulso e fragmentário, não obstante algumas excepções¹³⁹.

2.4.1 O Autoritarismo como modelo hermenêutico

Entrosando as interpretações de cariz económico-social no campo politológico, Fernando Rosas, em curtos mas incisivos estudos debitados à interminável discussão sobre se o Estado Novo foi ou não uma modalidade de fascismo, sistematizou as perspectivas em confronto — a “escola taxionómica” e a corrente “histórica” — e avançou, dentro dos parâmetros gerais da segunda, com as suas “cinco teses sintéticas” que absorvem alguns dos pontos considerados “mais significativamente condicionantes ou cacterísticos da emergência desse fenómeno reaccional de novo tipo no mundo europeu de entre as duas guerras — o ‘fascismo em geral’ »¹⁴⁰. Enumeramo-los tal como o autor os sintetizou:

mento por um fio: Portugal colonial, os têxteis de algodão e a economia-mundo, in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) — *Portugal: um retrato singular*. Porto: Centro de Estudos Sociais e Edições Afrontamento, 1993, p. 57-90; LEITE, Joana Pereira — Colonialismo e industrialização de Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e “import-substitution”, 1930-74. *Ler História*, Lisboa (24) 1993, p. 53-74; MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno — *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 179-218 (Cap. X e Cap. XI); e TELO, António José — *Economia e império no Portugal contemporâneo*, ob. cit., p. 131-224.

¹³⁹ Merecem particular destaque: MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. 2, ob. cit., p. 359-405 (O Ultramar no século XX); BENDER, Gerald J. — *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980; ANTUNES, José Freire — *O Império com pés de barro. (Colonização e descolonização: as ideologias em Portugal)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980; SANTOS, Fernando Piteira — Portugal império: do mito ao conceito jurídico. *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 5ª série (2) Dez. 1984, p. 43-53; AFONSO, Aniceto — A Queda do “Estado Novo”. I-A Guerra Colonial. II-O Movimento dos Capitães, in MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal, Estado Novo*, vol. 2. S.l., Multilar, 1988, p. 213-254; SILVA, Rui Ferreira da — As Colónias: da visão imperial à política integracionista, in REIS, António (dir.) — *Portugal contemporâneo*, vol. 4, ob. cit., p. 99-122 e Idem — Sob o signo do império, in ROSAS, Fernando (coord.) — *Portugal e o Estado Novo. Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, vol 12, ob. cit., p. 352-387; DIAS, Jill — A Administração portuguesa ultramarina entre os séculos XV e XX, in Instituto Português de Arquivos — *Guia de fontes portuguesas para a história de África*, vol. 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 15-34; ALEXANDRE, Valentim — Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do estado novo. *Análise Social*, Lisboa, 28 (123-124) 1993, p. 1117-1136; e SILVA, Armando B. Malheiro da e GARCIA, José Luís Lima — Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 17, 1995, p. 349-404.

¹⁴⁰ Cf. ROSAS, Fernando — Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo. *Vértice*. Coimbra (13) Abril 1989, p. 24.

- (1) o nascimento e evolução do “autoritarismo moderno”, de que os “regimes fascistas em geral” constituem a expressão acabada, só é inteligível no contexto da crise do capitalismo concorrencial e do Estado liberal que afectou as sociedades europeias desde a viragem do séc. XIX para o XX e que seria agravada pelos efeitos da Grande Guerra e da “Grande Depressão” de 1929;
- (2) o advento dos movimentos e, em especial, dos regimes fascistas andou associado às derrotas ou incapacidades do movimento operário no primeiro pós-guerra;
- (3) nos países europeus onde se instauraram, entre as duas Guerras, “ditaduras de novo tipo” de feição fascista, não se operou tanto um “assalto ao poder” vitorioso por parte dos movimentos dessa natureza, mas antes um processo razoavelmente pacífico de transição (ou de rendição) do Estado liberal para o “autoritarismo” moderno e fascizante;
- (4) as sociedades europeias de entre Guerras foram, pois, atravessadas por um vasto movimento político e ideológico reaccional, apoderando-se do Estado em algumas delas, configurando-se, assim, um tipo de “fascismo em geral” que une, modela e explica determinado aspecto da História desse período na Europa; e
- (5) por último, os regimes fascistas ou fascizantes parecem ser um fenómeno característico da primeira periferia do sistema capitalista, ou seja, dos países relativamente dependentes e atrasados da Europa central e ocidental¹⁴¹.

À luz destas premissas operatórias, o mesmo autor deteve-se sobre a falência da alternativa democratizante republicana, colocando, à cabeça, três grandes ordens de problemas:

- (a) o cerco social do republicanismo, entendido este como fenómeno pequeno-burguês e essencialmente urbano que acabou por conquistar o Poder, mas já num momento em que era *“claro para a maioria das “forças vivas” que a alternativa para o liberalismo monárquico não é o democratismo republicano: fosse para o poderoso bloco do conservadorismo ruralista fosse para as forças emergentes do industrialismo, a necessidade de um Estado forte, mantenedor da “ordem”, económica e socialmente interveniente, isto é, não liberal, era questão assente”*, resultando desta atitude uma crescente hostilidade das ditas “forças vivas”, ou seja, das forças económicas e sociais do patronato para com a República e o partido que nela representou o traço de continuidade da governação republicana — o Partido Democrático de Afonso Costa e, a partir de 1919, de António Maria da Silva —, cada vez mais descredibilizada perante o movimen-

¹⁴¹ Cf. ROSAS, Fernando — Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo, art. cit., p. 24-27.

to operário e até perante a sua originária base social de apoio — as classes intermédias ¹⁴²;

- (b) a impossibilidade ou a incapacidade do republicanismo democratizar o sistema político, explicável pelo facto de a pequena burguesia urbana republicanista, “entrincheirada” no P.R.P. ou Partido Democrático de Afonso Costa e socialmente minoritária, ter-se oposto ao alargamento e ao reforço da transparência e da representatividade do sistema desenhado no texto constitucional de 1911, bloqueando o acesso ao Poder tanto à sua direita como à sua esquerda através de uma panóplia de soluções, algumas delas contrárias às promessas feitas antes do 5 de Outubro¹⁴³; e
- (c) a falta de uma “ideia de Estado”, de um projecto político ou económico coerente, intrínseco ao republicanismo e capaz, por isso mesmo, de aglutinar um bloco social de apoio estável e estabilizador — a falta de tão importante elemento emprestou à *“I República essa sensação — que parece, aliás, corresponder à realidade histórica do período — de transição para “outra coisa”*”¹⁴⁴, podendo contar-se pelos dedos de uma só mão os momentos em que se esboçou uma política económica adequada (o equilíbrio orçamental de Afonso Costa em 1913 e a política de estabilização financeira de Álvaro de Castro em 1924) ou se definiu uma ideia clara do “papel de Portugal no mundo” (a política intervencionista na Grande Guerra), mas não passaram de esboços sem articulação com outros objectivos e medidas de fundo e de típico voluntarismo republicano¹⁴⁵.

De positivo ficou, ao cabo de dezasseis anos de vivência político-institucional republicana, a obra de laicização do Estado e da sociedade civil, peça fundamental da sua modernização em termos democráticos. Com efeito, Fernando Rosas considera que a lei da separação, as leis da família, do divórcio, do registo civil constituíram aquisições culturais e cívicas definitivas da mentalidade democrática portuguesa nas quais, quanto ao essencial, o próprio Estado Novo não ousou mexer.

Por fim, chegamos ao núcleo central da tese de Fernando Rosas, desenvolvida a partir dos trabalhos de Villaverde Cabral já citados e do seu pertinente aviso para se não confundir as manifestações precursoras daquilo a que chamou o “autoritarismo moderno”, designadamente o franquismo e o sidonismo, com o ultramontanismo absolutista e tradicionalista. Embora distintas estas duas “direitas” virão, segundo Rosas, a ser assimiladas num mesmo fenómeno reaccional devido à especificidade

¹⁴² Cf. ROSAS, Fernando — A Crise do liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do estado novo em Portugal. *Penélope*, Lisboa (2) Fev. 1989, p. 103.

¹⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 103-104).

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 105.

¹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 105.

do processo histórico da crise do liberalismo e da ascensão do autoritarismo em Portugal¹⁴⁶. E no decurso desta perspectiva o autor insiste no equilíbrio instável que o Estado Novo teve de gerir e realizar entre três componentes: “o passadismo integralista ruralista, o radicalismo fascista e o autoritarismo modernizante surgido da crise do liberalismo no fim do século, que os absorve e combina”. O “autoritarismo modernizante” avulta, pois, como a matriz essencial que permite pensar e analisar comparativamente o Estado Novo salazarista e apresenta alguns pontos-chaves que o tipificam, a saber:

- (a) apologia de um Estado economicamente intervencionista, ou seja, empenhado num plano de “realizações materiais” de fomento económico de cariz nacionalista e proteccionista¹⁴⁷;
- (b) intuição da necessidade de uma liderança carismática, ajustada à conjuntura de crise, do ruir dos valores e das instituições, do “caos” da guerra, da fome, do desemprego, capaz, em tais circunstâncias, de explorar “*demagogicamente, messianicamente, o desespero das grandes massas, assente na relação pessoal com elas estabelecida pelo “chefe”, o “salvador”, o grande árbitro, arauto de uma solução “nacional” e “redentora”, acima das classes, dos partidos, da “política” em geral*”¹⁴⁸ — entroncariam neste modelo o cesarismo régio proposto por Oliveira Martins, a *mass politics* de João Franco ou o “consulado” de Sidónio Pais;
- (c) populismo moderno, subentendido como corporativismo e algo mais do que este, isto é, uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo através do apelo directo do “chefe” e do regime à massa urbana passando por cima das suas organizações tradicionais, num impulso claro de mobilização “revolucionária” — de novo caberia aqui, como embrião de um projecto novo, o caso do Franquismo e, como ensaio mais elaborado, o “*frustrado diálogo que o sidonismo, no seu início, tenta estabelecer com as organizações operárias*”;
- (d) subalternização da “questão do regime” ou da forma do Estado (republicana ou monárquica) em favor da definição e imposição de um novo tipo de Estado: antiliberal, antiparlamentar, antidemocrático, anti-socialista, corporativo e autoritário;
- (e) concentração política do aparelho repressivo e a criação de organizações milicianas — do franquismo em diante assistiu-se à busca de um corpo policial secreto especializado na informação e na repressão política violenta¹⁴⁹; e

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 107.

¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 109..

¹⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 110.

¹⁴⁹ Cf. *Ibidem*, p. 111.

- (f) necessidade de um “partido único”, indispensável, em Portugal, para a viabilização e triunfo do autoritarismo moderno¹⁵⁰.

Em sintonia com esta perspectiva, António Costa Pinto publicou um artigo, em 1989, sobre a crise da 1ª República e a génese do Fascismo. A similitude com a tese do “autoritarismo moderno” de Villaverde Cabral e, sobretudo, de Fernando Rosas, na rubrica aberta para o caso sidonista, afigura-se-nos demasiado óbvia¹⁵¹. Prosseguindo, pois, nessa senda, Costa Pinto tem insistido, por um lado, na ideia de que a breve ditadura de Sidónio Pais (1917-18) antecipou, através, por exemplo, do seu populismo antiplutocrático, alguns traços do fascismo e, por outro, na influência da crise de legitimidade do parlamentarismo liberal sobre o fracasso da “solução republicana” e advento de um “fascismo genérico” com as suas imprescindíveis “pré-condições” ou “pré-requisitos”¹⁵². Uma crise marcada pela acção intimidatória do pequeno, mas aguerrido movimento operário de cariz anarco-sindicalista, que o regime republicano não conseguiu integrar, para, por via disso, superar a fractura classe operária/burguesia industrial. Esta não era, porém, a única existente, sendo possível detectar outras fracturas económicas e sociais mais decisivas, sugeridas pelo modelo de Organski, como a de cidade/campo e a de elites tradicionais/elites modernas, típicas de uma “sociedade dual” como era a portuguesa dos anos 20, além de que “a conflituosidade entre elites agrícolas e industriais, derivada da inserção semiperiférica de Portugal e a incapacidade da sua unificação no âmbito do parlamentarismo, foi um elemento determinante, situação agravada pela crise conjuntural do pós-guerra. Ao nível político foi clara a predominância conservadora, dos partidos republicanos às associações de interesses, em todo o processo de queda da República”¹⁵³.

À sombra desta linha interpretativa temos o sumário de “problemas e hipótese” formulado por Luís Vidigal sobre o estabelecimento e queda da 1ª República¹⁵⁴, aflorando, assim, os limites e insuficiências de um projecto transformista que Fernando Piteira Santos escalpelizou pela dupla sondagem à natureza doutrinária e programática

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 111-112).

¹⁵¹ Cf. PINTO, António Costa — O Fascismo e a crise da primeira república: os nacionalistas lusitanos (1923-25). *Penélope*, Lisboa (3) Junho 1989, p. 45-46.

¹⁵² Julgamos oportuno sumariá-los: fortes correntes nacionalistas; a existência de um modernismo cultural e de um futurismo simpatisante do nacionalismo; os efeitos traumáticos da Grande Guerra de 1914-18; uma pronunciada ofensiva da esquerda operária tal como ela era; uma certa militância anti-comunista; alguns jovens oficiais politizados pela direita extremista; o “pré-fascismo” ou proto-fascismo putativo de Sidónio Pais; a mobilização política crescente antes de 1926; a crise de legitimidade do liberalismo; e a existência de fascistas autênticos.

¹⁵³ Cf. PINTO, António Costa — *O Salazarismo e o fascismo europeu*, ob. cit., p. 117.

¹⁵⁴ Cf. VIDIGAL, Luís — O Estabelecimento da república em Portugal. Problemas e hipóteses. *História*, Lisboa (85) Nov. 1985, p. 86.

do P.R.P. e ao espaço sociológico e político por ele ocupado, em detrimento dos interesses estratégicos do Partido Socialista e do movimento anarquista. Concluiu que o P.R.P. foi até Outubro de 1910 um *partido frente*, fracturado a seguir em três grupos partidários, que brotaram das tendências representadas pel' *O Mundo*, *A Luta* e a *Alma Nacional*¹⁵⁵ (revista de António José de Almeida e Raul Proença, transferida para as páginas do *República*). A morte do *partido frente* e a fraca expressão do Partido Socialista no contexto eleitoral e político-institucional da República constituíram, segundo este autor, factores decisivos do “falhanço” revolucionário do projecto republicano num sentido reformista da estrutura sócio-económica do país¹⁵⁶.

A perspectiva é interessante, mas falta saber se a acção do P.R.P. e do P.S. podia ter sido diferente da que foi. Se podia ter sido como Piteira Santos a desenhou em termos prospectivos e hipotéticos. E se assim fosse fica ainda por saber se não degeneraria num projecto totalizante, para não dizermos totalitário...

2.4.2 Olhares de fora...

Entre os autores estrangeiros que lançaram um olhar atento ao imbróglio histórico-político da queda da 1ª República trazemos à colação, em primeiro lugar, o americano Stanley G. Payne. Reconhecido especialista sobre o Franquismo em Espanha, traçou, na sua *History of Spain and Portugal*, publicada em 1973, uma panorâmica de que ressaltam, como traços dominantes, a instabilidade política, as ligeiras, quase insignificantes, modificações estruturais conseguidas pelo novo regime e o papel dos militares enquanto força de elite potencialmente vocacionada a intervir no plano político¹⁵⁷. O fim da guerra e o assassinato de Sidónio Pais travaram os ímpetus intervencionistas dos militares, recompondo-se aparentemente a hegemonia do velho P.R.P., liderado já não por Afonso Costa (interessado em prolongar o “exílio” parisiense, para satisfação de certos sectores do seu grupo partidá-

¹⁵⁵ Ver SANTOS, Fernando Piteira — *Raul Proença e a “Alma Nacional”. Da colaboração com António José de Almeida à ruptura*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

¹⁵⁶ Cf. Idem — Na transição do “constitucionalismo monárquico” para o “constitucionalismo republicano”: a crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano. *Análise Social*, Lisboa, 18 (72-73-74) 1982, p. 685.

¹⁵⁷ O autor observou, aliás, que “Praetorianism under the Portuguese parliamentary regime has never been studied, but apparently stemmed from several obvious factors. In a system dominated by bureaucrats and intelligentsia, military officers were the most powerful single force in the bureaucracy. The narrowness of political life made it easier for officers to see themselves as leaders of a sort of special modernizing elite, while the frustrations of Portugal’s international situation and its military policy always left some of the army and navy disgruntled” (Cf. PAYNE, Stanley G. — *A History of Spain and Portugal in two volumes* (2). Madison: The University of Wisconsin Press, 1973, p. 571).

rio...) mas pelo engenheiro António Maria da Silva. Mas o curso dos acontecimentos, no pós-guerra, não tardou a avivar a pertinência de uma intervenção “regeneradora e patriótica” dos militares. Em queda livre a partir de Abril de 1925, o regime republicano sucumbiu, exangue, em 28 de Maio de 1926, data do décimo oitavo e último pronunciamento militar da história da 1ª República. Portugal entrava em ditadura militar e Stanley Payne, rotulado por Fernando Rosas como “taxinomista”¹⁵⁸, adaptou a tipologia (taxinomia) proposta por Juan Linz ao quadro europeu, reduzindo-a de sete para quatro tipos genéricos:

- (a) regimes fascistas ou mobilizacionais;
- (b) regimes estatistas autoritários moderados ou orgânicos;
- (c) governos militares; e
- (d) regimes autoritários limitados ou semiconstitucionais.

No segundo tipo, o dos regimes ou sistemas moderados, corporativos ou estatistas-orgânicos, assim considerados por não possuírem as características essenciais de um regime fascista, ou seja, “por terem renunciado a um militarismo pleno, a um imperialismo agressivo, a uma estrutura política de partido único verdadeiramente mobilizador, e a qualquer mobilização juvenil drástica ou mobilidade de elites juntamente com uma revolução cultural fascista”¹⁵⁹, Stanley Payne integrou a ditadura militar instaurada em 28 de Maio e o epigonal Estado Novo salazarista a par dos autoritarismos dos Balcãs — Jugoslávia (1929), Bulgária (1933), Grécia (1936) e Roménia (1938) —, do regime de Vargas no Brasil, do Estado de Dollfuss-Schuschnigg na Áustria, tidos pelos melhores exemplos de um Estado corporativo puro, e do próprio regime de Franco nas suas últimas fases de organicismo católico

¹⁵⁸ Segundo Fernando ROSAS a “escola taxinómica”, vulgarizada em certos sectores da sociologia, da ciência política e até de alguma historiografia de cariz normativista ou jurídicista, caracteriza-se por procurar uma “definição” dos regimes fascistas tendo por base o estabelecimento de determinada taxinomia, ou seja, parte de uma “descrição tipológica do fascismo”, de uma grelha de características políticas, ideológicas, de “estilo e organização”, etc., as quais, no seu conjunto, e a partir do estudo empírico dos diversos movimentos, ajudariam a fixar e restringir o verdadeiro fenómeno do fascismo: “Desta forma — escreve o autor que temos estado a seguir — o distinguem claramente de outros movimentos aparentados mas que, não preenchendo a “definição tipológica” proposta, em rigor devem ser classificados diferentemente (ainda que, para S. Payne, integrando o género do “nacionalismo autoritário”) como de “direita radical”, “direita conservadora”, “autoritarismo não totalitário”, em suma, uma “direita autoritária não fascista” que para efeitos da análise comparada dos fenómenos políticos desde inícios do século XX seria “crucial” distinguir dos movimentos fascistas acabando com a “confusão e a ambiguidade” vulgarmente existentes nesta matéria” (Cf. Idem — Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo, art. cit., p. 21-22). Quanto ao duplo vício de que esta “escola” enferma ver Ibidem, p. 22.

¹⁵⁹ Cf. PAYNE, Stanley G. — A Taxinomia comparativa do autoritarismo, in *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, vol. 1*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 25.

e desenvolvimento tecnocrático. Compreende-se, por isso, que para este “taxionomista” o Sidonismo não constitua um caso de proto-fascismo. Em sua opinião o “consulado de Sidónio Pais” cabe no quarto tipo de governos e regimes pretorianos, ou seja, sistemas militares subdivididos em três categorias: os *pretorianos simples ou autocráticos* dirigidos por um só homem ou por uma junta militar, com uma estrutura política rudimentar ou mesmo sem qualquer tipo de estrutura política; o *pretorianismo oligárquico* em que governantes militares operam lado a lado com oligarquias civis limitadas; e os *regimes pretorianos corporativos* liderados por militares em estreita ligação com um vasto campo de interesses económicos e institucionais.

A ditadura do general Primo de Rivera (1923-1930)¹⁶⁰ insere-se na primeira categoria e é comparável à “ditadura sidonista”¹⁶¹. O Portugal dos anos 10 e 20 não tinha condições para a génese e evolução de um outro tipo de regime: a 1ª República havia representado a última fase do radicalismo pequeno-burguês de oitocentos em vez do início de um sistema de massas próprio do séc. XX; não se verificava uma séria ameaça da esquerda, ao invés do sucedido nos países do centro da Europa ou mais tarde em Espanha; e a estrutura fundamental da sociedade portuguesa permanecia rural e pré-industrial, muito menos mobilizada ou convulsionada que nos casos da Hungria ou da Roménia, pelo que a iniciativa no sentido do nacionalismo autoritário tinha de ser assumida pelos militares, tal e qual como em Espanha e na generalidade dos países de Leste. Resultado: não se pode falar na existência de fascismo genérico em Portugal, mas sim de Salazarismo e este regime significa a vitória de um autoritarismo moderado e católico sobre uma direita mais radical, militarista ou genericamente fascista¹⁶².

Sem se prender a uma visão “taxionomista” dos sistemas políticos, mas não muito distanciado do sentido global da leitura de Stanley Payne, o historiador inglês Tom Gallagher começou por considerar que Portugal, nos alvares do séc. XX, chegara a uma encruzilhada, emergindo aí a solução, radical e ousada para a época, do republicanismo parlamentar — em 1910 a 1ª República portuguesa era apenas a

¹⁶⁰ É oportuno referir um estudo recente sobre a vertente corporativista da ditadura de Primo de Rivera e o seu posicionamento face ao modelo fascista: PERFECTO, Miguel Angel — Influências ideológicas no projecto de corporativismo político-social da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). *Penélope*. Lisboa (5) 1991, p. 99-108.

¹⁶¹ Sobre esta analogia escreveu o seguinte: “Pour l’histoire politique comparée, il vaut aussi la peine de mentionner que c’est la República Nova — pas le mouvement du 28 de Maio — qui forme l’analogie portugaise au regime de Primo de Rivera en Espagne. Dans les deux cas, ils furent les premiers essais d’une espèce de dictature directe dans la formation de structures organisationnelles et de concepts idéologiques capables de mobiliser des secteurs centraux de la société” (Cf. PAYNE, Stanley G.— Autoritarisme portugais et autoritarismes europeens. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 16, 1994, p. 11-12).

¹⁶² Ver Idem — Autoritarisme portugais et autoritarismes europeens, art. cit., p. 13.

terceira na Europa depois da Suíça e da França. Entendido como um movimento pequeno-burguês empenhado na concretização de reformas em benefício da pequena classe média, não tardou, em virtude quer da aplicação de algumas dessas reformas, nomeadamente da laicização do Estado, quer da atitude repressiva face às reivindicações laborais nos campos e nos centros urbanos industrializados, a degenerar numa conflitualidade crescente e multisectorial, extensiva ainda ao “mundo rural” visto como mancomunado com os inimigos (monárquicos, eclesiásticos...) da nova “ordem republicana”. E para além disto acresce a fragilidade interna do sistema político¹⁶³.

Um sistema instável que seria profundamente afectado pela participação militar na Grande Guerra, decidida após o 14 de Maio de 1915 que levou de novo os “democráticos” de Afonso Costa ao Poder. Sob os gravosos efeitos de uma “economia de guerra” num país economicamente periférico, a instabilidade social daí decorrente, o descontentamento dos militares arrastados para o combate na frente europeia (ao passo que a participação em África não sofreu contestação...), e as alegadas prepotências e arbitrariedades dos afonsistas coligados com o Partido Evolucionista de António José de Almeida na chamada “União Sagrada” à francesa, fora da qual se haveriam de manter os unionistas de Brito Camacho, ajudam a compreender o golpe de 5 a 8 de Dezembro de 1917 liderado por um major de Artilharia, lente de Matemática e ex-Ministro em Berlim, Sidónio Pais. Num esforço rápido, mas seguro de caracterização da figura e do fenómeno político respectivo, Gallagher não hesitou em sublinhar, como seus traços essenciais, o autoritarismo típico das repúblicas da América latina, o personalismo¹⁶⁴ e o conservadorismo republicano¹⁶⁵. A essa efémera tentativa de pôr a República nos carris da ordem e do apaziguamento social sucedeu a desesperada e falhada tentativa de restauracionismo monárquico, mergulhando o país, segundo Gallagher, numa “política do caos até 1926”, até ao mais completo descrédito dos valores demoliberais.

No género desta obra outras se têm publicado a fim de divulgarem Portugal e a sua história (antiga e recente) no meio estudantil e cultural dos países em que são editadas. As que conhecemos tratam o período republicano com desenvolvimento e

¹⁶³ Na sua opinião “The excessive weight of parliament in national life accounted for much instability, parliament sitting for seven to ten months during most years. Often governments entirely dependent on parliamentary majorities fell because of petty disputes, personal quarrels or whimsical actions” (Cf. GALLAGHER, Tom — Portugal. A twentieth-century interpretation. Manchester: Manchester University Press, 1983, p. 24). Ver também: Idem — Peasant conservatism in agrarian setting: Portugal 1900-1975. *Iberian Studies. Journal of the Iberian Social Studies Association*, Keele, 6 (2) Aut. 1977, p. 58-68; e Idem — Conservatism, dictatorships and fascism in Portugal, 1914-1945, in BLINKUORN, Martin — *Fascists and conservatives. The radical right and the establishment in twentieth-century Europe*. Europe: Unwin Hyman, 1990, p. 157-175.

¹⁶⁴ Cf. GALLAGHER, Tom — Portugal. A twentieth-century interpretation, ob. cit., p. 21.

rigor desiguais, mas todas enfatizam a tónica da instabilidade política e da ausência de reformas profundas, repetindo vários *clichés* reproduzidos pela historiografia portuguesa. Ocorre-nos citar, a título de exemplo, a *Histoire du Portugal* do americano Charles E. Nowell, a *Histoire d'Espagne et du Portugal* pelo inglês C. Atkinson, a *A Concise History of Portugal* de outro inglês, David Birmingham, a *Histoire du Portugal* de Albert-Alain Bourdon e integrada na célebre colecção *Que sai-je?, Le Portugal au XX^e siècle* por Jacques Marcadé ou ainda a *Histoire du Portugal* por Robert Durand¹⁶⁶.

Mais elaborado e menos negativo foi o “balanço” obtido por Douglas Wheeler no decurso das suas pesquisas sobre o falhanço da experiência republicana, apoiadas, aliás, num vasto e rico acervo bibliográfico. Condensadas no livro *História Política de Portugal, 1910-1926*¹⁶⁷ elas conduziram a uma reavaliação do problema. Para Wheeler não nos podemos abstrair do fardo de consequências das estruturas e dos comportamentos do passado, nem tão pouco do impacte das atitudes e das acções dos amigos e dos inimigos da 1^a República. Estes factores enquadram e contribuem para a necessária demonstração de que o regime implantado em 5 de Outubro de 1910 não se reduziu a uma última fase, repetitiva, do liberalismo monárquico. Eis, em súpula, o núcleo central da tese de Douglas Wheeler, desenvolvida em torno de algumas diferenças ou especificidades essenciais do regime republicano: inovação no campo dos direitos cívicos e da abertura a avançados critérios de justiça social e de democratização, apesar de um sufrágio eleitoral muito limitado e de uma mobilização política deficitária; e a génese de uma explosão de energias “que, embora tivessem levado a conflitos e tensões sem precedentes, deram igualmente lugar a uma mobilização ímpar da sociedade, a qual foi parte integrante de um processo geral de modernização e mudança”¹⁶⁸.

Este “saldo” positivo autoriza a opinião de que a 1^a República, apesar de um certo nexu estrutural com o liberalismo oitocentista, impôs-se como um fenómeno complexo e singular dirigido por elevados ideais, tendo sido, diferentemente de qualquer outro regime português, forçado a pagar os respectivos custos humanos e não humanos de tamanha ousadia. E Wheeler, incidindo sobre as causas do insucesso

¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 27).

¹⁶⁶ Ver NOWELL, Charles E. — *Histoire du Portugal avec 6 cartes. Traduction de H. E. Del Medico*. Paris: Payot, 1953, p. 267-280; ATKINSON, William C. — *Histoire d'Espagne et du Portugal*. Paris: Payot, 1965, p. 399-411; BOURDON, Albert-Alain — *Histoire du Portugal*. Paris: P.U.F., 1970, p. 107-114; MARCADÉ, Jacques — *Le Portugal au XX^e siècle, 1910-1985*. Paris: P.U.F., 1988; DURAND, Robert — *Histoire du Portugal*. Paris: Hatier, 1992, p. 177-203; e BIRMINGHAM, David — *A Concise history of Portugal*. Cambridge: University Press, 1993.

¹⁶⁷ Ver WHEELER, Douglas L. — *História política de Portugal, 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

¹⁶⁸ Cf. *Idem* — A Primeira república e a história. *Análise Social*, Lisboa, 15 (56) 1978, p. 868.

republicano, afirmou que este se exprimiu “sob a forma de uma crise política muito prolongada, de uma guerra civil interrompida, de um latente estado de sítio, em que um partido, o Democrático, conservou geralmente o monopólio do poder no Parlamento e na Administração. O derrubamento deste sistema político de imobilismo por uma organização de oficiais direitistas do exército tornou-se possível graças a uma conjugação de factores: o ressentimento, por parte do corpo de oficiais, de uma injustiça colectiva, assim como o desempenho de um papel histórico na política, o aparecimento de uma unidade temporária de direita como reacção contra as ameaças aos privilégios por parte das reformas sociais e económicas de esquerda da República em 1923-25, a fragmentação da esquerda e o descrédito geral do sistema de partidos políticos, assim como o afastamento decisivo das classes médias em relação à República”¹⁶⁹. Em síntese e em sua opinião, o contributo ainda mais importante para o colapso da República foi o comportamento político dos políticos, a ineficácia dos partidos, assim como a natureza e o papel dos militares.

Falar de militares é, também, evocar o papel que o Exército, enquanto única instituição razoavelmente coesiva, se mostrou capaz de assumir diante da agitada e difícil vida da República. Até ao 28 de Maio há alguns assomos de impaciência e de intervencionismo militares, constituindo o dezembrismo, sidonismo ou *República Nova* um dos mais interessantes, não tanto pelo que pôde realizar — muito pouco em doze meses de uma existência atribuladíssima —, mas pelo que “tentou fazer, pelos jovens dirigentes que inspirou, pelos seus planos e ideias, e pelo que a Ditadura do Estado Novo veio, mais tarde, a aproveitar dela”¹⁷⁰.

Ao deter-se sobre o colapso da *República Nova*, Wheeler concluiu que essa situação propiciou o amadurecimento de três ideias gerais:

- (a) uma aproximação nacional, não partidária, aos problemas-chave e às suas soluções, bem acolhida por alguns membros da *intelligentsia* ;
- (b) o Exército ou, mais precisamente, os seus oficiais podiam “salvar a nação” de uma forma não partidária; e
- (c) a impossibilidade de uma restauração monárquica, cada vez mais óbvia para um número crescente de católicos integristas, que se afastarão irreversivelmente dos grupos monárquicos¹⁷¹.

Este feixe de ideias, melhor dizendo, de “lições” foi bem assimilado pelas forças conservadoras para desdita dos primeiros republicanos, chegados ao Poder, se-

¹⁶⁹ Cf. WHEELER, Douglas L.— A Primeira república e a história, p. 868-869.

¹⁷⁰ Cf. Idem — *História política de Portugal, 1910-1926*, ob. cit., p. 157.

¹⁷¹ Cf. Idem — A Primeira república e a história, art. cit., p. 169-170.

gundo Wheeler, numa conjuntura aziaga, marcada pela Grande Guerra, por um novo alarme relativamente às colónias africanas, pela pior crise financeira e económica que o país conheceu e pelo despertar dos anseios e da consciência de várias classes que a República não pôde satisfazer construtivamente ou reconciliar¹⁷².

Por seu turno, Kathleen C. Schwartzmann, embora partindo da mesma questão central do “inquerito” conduzido pelo seu compatriota Wheeler, optou por explorar as razões do colapso dos regimes democráticos e da emergência dos autoritários sob uma perspectiva dos sistemas mundiais, o que significa ou para ela jogar com dois planos metodológicos essenciais:

- (a) separar o problema do colapso democrático do aparecimento automático de regimes autoritários; e
- (b) criar um modelo que articule, como partes integrantes, os factores extranacionais (posição no sistema mundial) e os internos e intrínsecos à Nação (lutas de classe e crises económicas).

Sendo esta a metodologia adoptada afigurou-se-lhe conveniente a aplicação a um caso específico, revelando-se o caso português muito adequado ao estudo da relação entre estatuto semiperiférico e tipo de Estado, por incluir situações extremas tanto de instabilidade democrática, como de semiperiferalidade¹⁷³. O estudo do caso fez-se, claro está, de acordo com algumas teorias mundiais dos sistemas de colapso democrático definidoras de Estados “intervencionistas” ou “excepcionais”, na terminologia de Poulantzas, situados na periferia e configuráveis em autoritários¹⁷⁴. Quanto ao tópico da instabilidade política, a autora considera-a muito aguda ao longo da 1ª República, interrogando-se sobre o modo como ela terá contribuído para a substituição de um Estado democrático por um Estado autoritário. Não dá respostas — num artigo de 1981 deixou formuladas questões essenciais que remetem para a contradição originária do republicanismo político-institucional, que é o de ser ou não unitário, ser ou não hegemónico¹⁷⁵... —, mas chama a atenção dos investigadores para o esclarecimento deste

¹⁷² Cf. *Ibidem*, p. 872.

¹⁷³ Ver SCHWARTZMANN, Kathleen C. — Instabilidade democrática nos países semiperiféricos. A Primeira república portuguesa, in *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, vol. 1*, ob. cit., p. 146.

¹⁷⁴ A compacta explanação de Kathleen SCHWARTZMANN acerca das três teorias mundiais dos sistemas de colapso democrático não é facilmente vertida num discurso acessível, pelo que remetemos o leitor para *Ibidem*, p. 146-149.

¹⁷⁵ Nesse estudo polémico que mereceu um comentário crítico de Luís Salgado de MATOS, publicado no mesmo número da revista *Análise Social*, a autora depois de ter reformulado a questão tradicional — porque é que a República caiu? — de maneira a que nos interroguemos porque é que a 1ª República foi tão abalada e destruída por rivalidades pessoais, pelos conflitos partidários e pela instabilidade política?, propôs uma metodologia diversa que conduziu a respostas alternativas à resposta tradicional — a 1ª República

fenómeno. Mais peremptória se mostra, porém, no respeitante à natureza semiperiférica de Portugal, justificada por uma posição intermédia na divisão do trabalho internacional, ou seja, por um duplo “estatuto” assumido em simultâneo — estava dependente da Inglaterra de forma quase colonial e dominava as suas colónias ultramarinas. Uma tal posição explica, também, a economia portuguesa do virar do século, que se encontrava, segundo a autora, tão desarticulada que dificilmente se poderia afirmar a existência de uma única economia, mas sim de três dentro da “nação-Estado”¹⁷⁶.

Seguindo por esta via sócio-económica, a autora tentou explicar a ocorrência de Estados intervencionistas semiperiféricos do sistema mundial através do caso português. Fê-lo avançando com a premissa de que o descontentamento da aristocracia rural aumentou durante a 1ª República e o seu controlo sobre a força do trabalho rural tornou-se problemática devido a alterações ocorridas em dois sectores: o do crescimento económico generalizado, nomeadamente o da indústria, e transformações políticas sob o regime democrático. E Kathleen Schwartzmann pergunta-se se será possível “que a revogação da legitimidade da República, as tentativas para a derrubar e a consequente emergência do regime autoritário tenham sido uma resposta às incursões no controlo laboral?”, para logo responder que o problema do controlo do trabalho agrícola conduziu à implantação de um regime autoritário em articulação com uma outra explicação, segundo a qual os burgueses de um sector em fase de desenvolvimento são os portadores do desejo de um Estado autoritário, sendo ambas mesmo assim insuficientes para uma explicação cabal. Esta afigura-se algo elástica e subtil. Para a autora o colapso democrático não implica, afinal, obrigatoriamente a emergência de um regime autoritário, verificando-se outros cenários possíveis: “A um colapso democrático pode seguir-se uma nova tentativa para implantar um Estado democrático, uma guerra civil ou um regime autoritário”¹⁷⁷.

Deduz-se, pois, da sua espessa e complexa modelização explicativa a necessidade de uma escala macrosistémica que enquadre a combinação ou interacção de factores conjunturais e estruturais.

Por último, cabe aqui um “olhar” de fora por alguém nascido cá dentro. Referimo-nos ao cientista social Hermínio Martins expatriado há muito em Inglaterr-

caiu devido a um alto índice de instabilidade política. Nas *conclusões*, que admitiu parecerem “contra-intuitivas”, concentrou, de facto, “pistas” imprescindíveis para um aprofundamento qualitativo da problemática da queda da 1ª República (Cf. SCHWARTZMANN, Kathleen — Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa. *Análise Social*, Lisboa, 17 (65) 1981, p. 161). Ver também MATOS, Luís Salgado de — Comentário ao artigo de Kathleen Schwartzmann. *Ibidem*, p. 163-166; e SCHWARTZMANN, Kathleen — Resposta a Luís Salgado de Matos. *Ibidem*, p. 167-168.

¹⁷⁶ Cf. SCHWARTZMANN, Kathleen C. — Instabilidade democrática nos países semiperiféricos. A Primeira república portuguesa, in *ob. cit.*, p. 152-153.

¹⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 161.

ra e a um ensaio datado de 1970 sobre o colapso da I República, debruçando-se aí sobre a problemática questão de saber por que razão “*a república liberal sobreviveu tanto tempo e porque terá a consolidação política do regime que se lhe seguiu demorado tanto (1926-1933)*”¹⁷⁸. E o autor no seu excursão analítico observa a “prematividade” e a génese imperfeita (não foi fruto de uma maturação estrutural profunda) de um regime condenado à nascença a um «ambiente» interno e externo adverso, nada propício ao desenvolvimento natural. Ao contrário do que teria sucedido se a insurreição de 1891 tivesse tido êxito. Então «*a República poderia ter desfrutado de um período de vinte anos antes da grande convulsão*»:¹⁷⁹

2.4.3 Olhares de dentro...

Retornando ao panorama nacional deparamos com a singular estratégia interpretativa urdida por Vasco Pulido Valente, rotulado muito laconicamente por Douglas Wheeler como um “anti-revisionista” face à História da 1.^a República e criticado por Oliveira Marques nestes termos: “Vasco Pulido Valente, em *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, Lisboa, Dom Quixote, 1974, historia também a revolução e os primeiros tempos da jovem República, numa interpretação altamente discutível e metodologicamente impugnável”¹⁸⁰.

O estilo ostensivamente não académico¹⁸¹, o tipo de erudição informativa evidenciada (baseou-se em muita imprensa, memórias, depoimentos, biografias, estudos de época, etc.) e as afirmações categóricas que fluem em catadupa ao longo da citada obra ajudam a compreender as reacções negativas que suscitou, sendo certa, também, a sua influência, como veremos, entre os cultores actuais da nova História Política. Seja como for, parece-nos inegável que a perspectiva de Pulido Valente permanece uma achega saudavelmente estimulante, apesar de excessiva...

Já atrás desvendámos um pouco o seu entendimento negativo sobre a alegada natureza democrática e progressiva da obra política do P.R.P. Com efeito, é muito crí-

¹⁷⁸ Cf. MARTINS, Hermínio — *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1998, p. 70.

¹⁷⁹ *Ibidem*, pp. 80-81.

¹⁸⁰ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Guia de história da 1.^a república portuguesa*, ob. cit., 142.

¹⁸¹ No último parágrafo do *Prefácio* está taxativamente escrito o seguinte: “Como o leitor facilmente se aperceberá, eliminei as notas de pé de página e substituí-as pela lista das fontes utilizadas. Herança da História Romana e Medieval, a nota de pé de página não tem sentido na História recente, em que o número e variedade dos documentos permite a qualquer curioso “provar” abundantemente as mais absurdas coisas. Posto isto, prefiro abster-me de outras explicações destinadas a aliciar a benevolência dos entendidos. Todos os anos a erudição portuguesa se desentranha em dezenas de teses, livros e artigos que (muito justamente) ninguém lê. Pretendi escrever um livro que se lesse e só o público poderá justificar os seis anos de trabalho que com ele gastei” (Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 9).

tica a sua reavaliação da 1ª República. Bastará ler *O Poder e o Povo*, se bem que se torna também muito recomendável a leitura de *A “República Velha” (1910-1917)*¹⁸². E para começar, opina que nada há de original no republicanismo português, reduzido a uma mera “adaptação — particularmente pobre — de ideias velhas na Europa”¹⁸³. Limita, por isso, a quatro — democracia, nacionalismo, probidade governamental e anticlericalismo — os temas básicos veiculados pela imprensa republicana da fase de propaganda anti-monárquica e convertidos, afinal, em pontos programáticos essenciais, que inspiraram todos quantos fielmente defenderam “o Partido Republicano Português, nas boas e más horas, e desceram às ruas de Lisboa na noite de 3 de Outubro de 1910”¹⁸⁴. Nessa noite reuniram-se, de facto, as camadas populares mais baixas dos bairros de Lisboa (a revolução foi um fenómeno urbano...) “guiadas” pelos ideólogos pequeno-burgueses do partido e pelas operosas células da Carbonária¹⁸⁵. O apoio popular urbano, em Lisboa, no Porto e talvez em Coimbra, revelou-se essencial para a implantação da República, mas contrastou com o resto do país: a mensagem republicana não conseguiu penetrar nas áreas rurais. Foi, portanto, nas cidades e, especialmente, em Lisboa que a actuação do P.R.P. teve o seu palco privilegiado. Pulido Valente narra-a como uma “tragi-comédia”, acercando-se o mais possível das presumíveis intenções e das ambíguas atitudes dos protagonistas de um tão intrincado enredo — Machado Santos, José Carlos da Maia, Afonso Costa, Brício Camacho, António José de Almeida, Bernardino Machado...

Da sua narrativa sobressaiem, por exemplo, “conclusões” polémicas como a de que só o “terror popular” dirigido pelos carbonários conseguiu garantir a sobrevivência nos primeiros anos de vida republicana ou a de que as estreitas bases regionais e sociais do republicanismo tornaram inevitável uma política de estagnação económica e de repressão sistemática dos movimentos operários socialistas, anarcosindicalistas e de outras tendências. São compreensíveis as cautelas e as reservas suscitadas pelo modo como Pulido Valente tem defendido a ideia do “terror popular”, sem manifestos intuitos de demonstração, mas isso não a invalida enquanto boa e fecunda hipótese de pesquisa que pode ajudar a compreender outras manifestações de “terror” recensadas até 1926, nomeadamente o “terror branco” ou “terror sidonista”, desligado pela generalidade dos historiadores — indevidamente, em nossa opinião — da violência endógena ao processo revolucionário e contra-revolucionário desenvolvido após 1910.

¹⁸² Ver Idem — *A “República velha” (1910-17). Ensaio*. Lisboa: 1917. Inicialmente publicado sob a forma de artigo: Idem — *Revoluções: A “República velha”* (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Lisboa, 27, 115 (1992), p. 7-63.

¹⁸³ Cf. VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o povo: a revolução de 1910*, ob. cit., p. 25.

¹⁸⁴ Cf. Ibidem, p. 26.

¹⁸⁵ Cf. Ibidem, p. 136.

À conceptualização do confronto entre moderados e radicais deflagrado no rescaldo da revolução de 5 de Outubro mostrou-se operativa, embora discutível como adiante se verá. Ela permitiu-lhe pôr em evidência as fraquezas ideológicas, as tensões e fricções político-partidárias, as irredutibilidades “pessoais” dos líderes, os constrangimentos sócio-económicos, etc. que viriam a comprometer o êxito das promessas desfraldadas no momento solene e épico da vitória¹⁸⁶. Por fim, registamos a “tese” — consequente ou inevitável face às premissas negativas que sustentam a sua estratégia discursiva — de que a República não deveria ter substituído o liberalismo monárquico, em 1910-12, porque este era a única esperança de um governo estável em Portugal!...

Um outro vector interpretativo — também ele *sui generis* e muito próximo do anterior — foi recentemente proposto por Rui Ramos. No grosso volume *A Segunda Fundação (1890-1926)* — o sexto da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso —, todo de sua autoria, deixou-se dominar por uma irreprimível e ilimitada revisão historiográfica, cujo resultado final é tão ou mais controverso que as referidas “conclusões” de Vasco Pulido Valente. Confessamos a perplexidade causada por algumas afirmações e inferências, mas não vamos aqui dissecá-las. Interessa-nos, apenas, destacar a hipótese central — formulada pelo autor como se de uma segura evidência se tratasse — imprescindível e inovadora para um melhor e mais profundo conhecimento histórico da 1ª República.

Antes, porém, há que assinalar os pressupostos teóricos professados e explicitados não no corpo desta obra, mas em dois artigos/recensões. A compilação de vários estudos — *The New History and the Old* (1987) — da historiadora das ideias americana Gertrud Himmelfarb, que marca uma posição crítica em relação ao paradigma “opressor” da *Nova História* dos *Annales* (empenhada “numa santa montaria” ao fantasma ou espectro da História Política), serviu de pretexto para um excuro epistemológico destinado a demonstrar a diferença entre a *Nova História* e a *História Política*, uma diferença de grau que, para Rui Ramos, favorece a segunda contra a primeira¹⁸⁷. E a propósito de três livros publicados entre 1989 e 1990¹⁸⁸,

¹⁸⁶ Ver Idem — Crentes e conversos: a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911). *Análise Social*, Lisboa, 11 (41) 1975, p. 17-30; Idem — Moderados e radicais na I República: da conciliação ao terror (Outubro de 1910-Agosto de 1911). *Análise Social*, Lisboa 11 (42-43) 1975, p. 232-265; e Idem — Revoluções: a “república velha” (ensaio de interpretação política). *Análise Social*, Lisboa, 27 (115) 1992, p. 7-63.

¹⁸⁷ Ver RAMOS, Rui — A Causa da história do ponto de vista político. *Penélope*, Lisboa (5) 1991, p. 41-42.

¹⁸⁸ Ver Idem — A Ideia republicana e a história da República em Portugal (a propósito de alguns livros recentes). *Análise Social*. Lisboa, 27 (115) 1992, p. 229-239. Os livros “recensados” são: de Maria Manuela Tavares Ribeiro — *Portugal e a revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, 572 páginas; de Amadeu Carvalho Homem — *A Ideia republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, 482 páginas; e de Paulo Samuel — *A Renascença portuguesa. Um perfil documental*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990, 397 páginas.

sublinhou a importância da “ideia republicana” para a compreensão do período republicano, porquanto foi enorme a influência que o republicanismo — a “cultura republicana” — teve em Portugal, transcendendo em muito a do P.R.P., organizado em 1876, e a do próprio regime fundado em 1910, pelo que é possível encontrar adeptos dessa “ideia” — na qual se detecta uma forte e profunda “religião nacionalista” — fora do quadro partidário republicano, em figuras como João Franco, António Sardinha ou os arautos da *Renascença Portuguesa*.

O quadro teórico ficou, assim, prefigurado num projecto historiográfico assumidamente “político” que não confina, nem reduz a República de 1910-1926 a uma “espécie de cauda moribunda do “demo-liberalismo” da monarquia da Carta Constitucional, interessante apenas para quem quiser descobrir nela as raízes do Estado Novo”¹⁸⁹ e que integra a conjuntura de 1890 a 1926 esboçada por Joel Serrão e claramente postulada por Miriam Halpern Pereira. Nesse segmento conjuntural “situa-se”, pois, a abordagem histórico-política da “cultura republicana”, traduzida pelo desiderato “mítico-religioso” de (re)fundar o Portugal moderno, o Portugal-Pátria e Estado-Nação que teria de (re)nascido das cinzas (da queda, da decadência, da anomia moral e anímica...). Uma (re)fundação ou um (re)nascimento fora já do alcance sinérgico da Monarquia Constitucional, porque esta não se adequara à transformação desestabilizadora que entretanto o país sofrera.

Portugal crescera do ponto de vista demográfico e económico e entrara numa fase de refluxo ideológico e cultural do modelo liberal, remendado pelo fontismo e enformado num regime censitário regido pela batuta de uma pequena elite de “conselheiros” — eminências de partidos “incipientes”, isto é, de grupos de amigos, de caciques rurais e de interesses administrativo-financeiros — e concebido como um sistema de garantias da liberdade do cidadão individual. Mas qual a expressão sociológica e qual a matriz axiológica dessa cidadania nos alvares do séc. XX? Preenchia ela os novos requisitos da situação sócio-económica da conjuntura de 1890-1926? Cingia-se a uma minoria em crescente tensão, no espaço urbano, com uma mole expansiva de desenraizados e de desprotegidos? Para definir estes últimos havia a palavra Povo e para outorgar plenamente a cidadania ao Povo o republicanismo, segundo Rui Ramos, criou uma “pólis” ideal definida pelos ditames da Razão, da Ciência, do Livre-Pensamento e do Socialismo: “Na República, o indivíduo livre era a matéria-prima para a construção de uma entidade colectiva — a nação republicana —, que passava a ter prioridade sobre esse indivíduo”¹⁹⁰. E por aqui se detecta a precedência cultural hegemónica/intolerante da República, o empenhamento revolucionário na transformação social e política do país e

¹⁸⁹ Cf. RAMOS, Rui — A Ideia republicana e a história da República em Portugal (a propósito de alguns livros recentes), art. cit., p. 230.

¹⁹⁰ Cf. Idem — A Segunda fundação (1890-1926), in MATTOSO, José — *História de Portugal*, vol. 6, ob. cit., p. 401.

a instauração de uma legitimidade democrática, entendida de duas maneiras diferentes, mas indissociáveis. Duas “faces”, portanto, da mesma moeda: os defensores do parlamentarismo republicano, reunidos à volta de Afonso Costa até 1917, estavam a defender o Governo das assembleias, um poder exercido em público, em discussão com os outros cidadãos e em que o povo nele participasse; e, entre 1918 e 1926, a 1ª República não decaiu, mas mudou apenas de *performance*. Mudança pressionada, em certa medida, pelas “novas modas totalitaristas, sobretudo entre os mais jovens”, embora o papel mais determinante tenha sido jogado pelos mais velhos republicanos que “só precisaram de se esquecer do liberalismo que episodicamente haviam adoptado em 1906-1908, durante o combate contra João Franco, e recuperar o autoritarismo que também era o deles, feito de um perene ódio ao parlamentarismo da monarquia constitucional e da mística da nação una e indivisível”¹⁹¹. Na viragem de uma fase para a outra, tendo por cenário decisivo a Grande Guerra, surgiu em cena Sidónio Pais e o Sidonismo para resgatar a República de 1910 da alegada “demagogia democrática” que dela se apoderara e ao redor de um “suplemento antiparlamentarista”¹⁹² partilhado por intelectuais do P.R.P. como Basílio Teles, João Chagas ou até José Relvas.

Esse autoritarismo congénito é perceptível no *corpus* doutrinário e na prática política republicana desenvolvida, sobretudo, logo após a instauração do regime em 5 de Outubro de 1910. Fernando Catroga, representante da “escola” histórico-cultural coimbrã, impulsionada por José Sebastião da Silva Dias¹⁹³, conduz-nos através de uma pesquisa minuciosa e de uma interpretação muito segura aos meandros da “cultura republicana” (uma “cultura da intransigência”....) e das suas representações concretas, nomeadamente o debate havido nas Constituintes de 1911 sobre a construção formal do novo regime e primeiro grande reflexo de profundas clivagens larvares nas hostes republicanas. Na diversidade ideológica, sociológica, política e estratégica do movimento republicano é possível reconhecer uma unidade essencial quanto ao cientismo, ao laicismo e ao demopedismo, os quais se interligam e comportam, pelo menos, duas interessantes consequências:

¹⁹¹ Cf. *Ibidem*, p. 633.

¹⁹² O referido antiparlamentarismo incrustou-se bem numa certa mentalidade republicana dos anos vinte, beneficiado por alguns ensaios anteriores: “Não foi por acaso que a junta do 28 de Maio adoptou o jacobino título de Junta de Salvação Nacional. António Sardinha, por exemplo, reivindicou sempre a tradição do “republicanismo nacionalista de 1890”, representada por Basílio Teles. O que Sidónio Pais em 1918 ou a moda autoritária dos anos 20 fez a alguns republicanos foi libertá-los dos preconceitos antifranquistas de 1907-1908, e para alguns ajudar a relembrar as jeremiadas de 1890 contra o regime parlamentar (repetidas, por exemplo, por Bento Carqueja, em *O futuro de Portugal*, pp. 9 e segs.)” (Cf. *Ibidem*, p. 630).

¹⁹³ Ver MENDES, José — A Renovação da historiografia portuguesa, in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando — *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, ob. cit., p. 304-311.

- 1ª – “O cientismo, enquanto reactualização de uma atitude iluminista face ao mundo e à vida, culminava, assim, numa demopédia laica, em que o poder político, ainda que democraticamente legitimado, desempenharia o perfectível papel de “déspota esclarecido”. Sem esse intervencionismo jamais o projecto cultural do laicismo se hegemonizaria”¹⁹⁴; e
- 2ª – a remitologização que Catroga focou, de passagem é certo, mas com muita oportunidade, em torno de Prometeu, de Anteu e do tema do “Homem Novo”¹⁹⁵.

Não são meras intuições, meros lampejos sem consistência, antes férteis pistas de investigação, passíveis de exploração fecunda tanto no campo da moderna História Cultural *indiciária* de um Carlo Ginzburg¹⁹⁶, quer no da actual Ciência Política e Politologia, onde se erguem apelos lúcidos ao estudo do dissimulado, do subjacente à acção e às palavras do discurso explícito: “En términos más concretos, se trata de analizar — escreveu o politólogo espanhol Jose Alvarez Junco — actitudes, atmósfera emocional, entorno ritual, y para ello el historiador o científico social tendría que recurrir a dibujos, fotografías, grabaciones de voz, leyendas, chistes, coplas o aleluyas, todo lo que convierte al político en un fascinador y a su discurso en un vehículo de emociones. (...) Gracias a los mitos, las emociones dejan de ser oscuras y vagas para objetivarse, al convertirse en relatos sobre hechos y personajes concretos. (...) Los mitos son creaciones fantásticas de la mente, pero gracias a ellos podemos detectar impulsos y emociones inconscientes incluso para quienes los expresan”¹⁹⁷.

Sobre o posicionamento de Teófilo Braga no interior do referido *corpus* doutrinário (federal-socialista e moderado ou evolucionista) e da propaganda republicana e a sua assumida preferência, na pegada de Littré, por uma República democrático-burguesa radical e livre-pensadora, atenta à defesa das liberdades cívicas fundamentais, convém ter presente a investigação de Amadeu Carvalho Homem¹⁹⁸, outro discípulo de Silva Dias.

¹⁹⁴ Cf. CATROGA, Fernando — *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, vol. 1. Coimbra: 1988, p. 576-577.

¹⁹⁵ Ver Idem — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols, ob. cit.; e Idem — *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, vol. 1, ob. cit.

¹⁹⁶ Ver GINZBURG, Carlo — *Traces. Racines d'un paradigme indiciare*, in Idem — *Mythes, emblèmes, traces. Morphologie et histoire*. Paris: Flammarion, 1989, p. 139-180.

¹⁹⁷ Cf. ALVAREZ JUNCO, Jose — *Magia y ética en la retorica política*, in Idem (comp.) — *Populismo, caudillaje y discurso demagógico*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 1987, p. 221-222.

¹⁹⁸ Ver HOMEM, Amadeu Carvalho — *Conciliação e confronto no discurso republicano (1870-1890)*. *Revisita de História das Ideias*, Coimbra, 7, 1985, p. 281-312; Idem — *A Ideia republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989; e Idem — *A Propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Edição do Autor, 1990.

Ainda no campo cultural e das mentalidades é possível encontrar mais algumas aportações, embora esporádicas, avulsas, de qualidade desigual e dispersas em periódicos, quer de “erudição”, quer de divulgação históricas, e em dissertações académicas que jazem inéditas nas Bibliotecas universitárias. Chamamos a atenção, sem menosprezo pela restante produção existente, para as interessantes achegas de Joaquim Palminha da Silva sobre a mentalidade decadentista e suicidária e a “religião da Pátria” que enformam o discurso republicano, bem como certas manifestações cívico-religiosas de entre as quais avulta o caso sidonista¹⁹⁹ e para o recentíssimo estudo de Maria Teresa Pinto Coelho centrado no *Ultimatum* e seu impacte no imaginário literário finissecular²⁰⁰. Evocamo-los porque nos parecem bons exemplos da pertinência que o universo mítico-simbólico está a ter no panorama actual da historiografia portuguesa, finalmente aberta a diversas influências externas, mais ou menos “datadas” — da *Nova História* à Sociologia do Imaginário, passando pela hermenêutica de Ernest Cassirer, pela arquetipologia culturalista de Mircea Eliade ou pela arquetipologia psicológica de Carl Jung²⁰¹.

Concebido como prolongamento natural e “impressionista” de uma investigação há muito prestigiada no campo da História e Crítica da Arte, o livro *Os Anos vinte em Portugal* de José-Augusto França, publicado em 1992, marcou, então, irrecusável presença. No seu estilo cativante e vivo, o autor pintou o painel cultural da sociedade portuguesa de entre Guerras, servindo-se com extrema habilidade do

¹⁹⁹ Ver SILVA, Joaquim Palminha da — Portugal: religiosidade cívica e fanatismo messiânico. *História*, Lisboa 14 (163) Abr. 1993, p. 67-73; Idem — O Portugal suicidário de Camilo a Sá-Carneiro — 1. A Ideia de fim-de-pátria. *História*, Lisboa, 14 (147) Dez. 1991, p. 4-33; Idem — Portugal suicidário de Camilo a Sá-Carneiro — 2. A “Doença de pátria”. *História*, 14 (148) Jan. 1992, p. 4-27; e Idem — Portugal suicidário de Camilo a Sá-Carneiro — 3. O Funeral da pátria. *História*, Lisboa, 14 (149) Fev. 1992, p. 68-81. Do mesmo autor ver também Idem — Na Lisboa de 1900. A “Belle Époque” existiu? *História*, Lisboa (136) Jan. 1991, p. 5-48; e Idem — De “caso” de cariz político e mentalidade inovadora (1907) a caso bem confuso (1988)? Armazéns Grandella. Como nasceram e o que foram. *História*, Lisboa (112) Set. 1988, p. 4-27. O tratamento analítico dado pelo autor à morte de Sidónio Pais, no 3º artigo da série *Portugal suicidário...* (“Ecce homo”: Sidónio Pais?, p. 76-81), a fechar a galeria de ilustres suicidas, na sua maioria escritores e poetas desiludidos pela Pátria que idolatravam, foi urdido com engenho narrativo e intuição simbólica, mas enferma de um defeito comum à bibliografia existente: assenta em dados históricos “fabricados” há muito tempo e há muito à espera de uma rigorosa crítica.

²⁰⁰ Ver COELHO, Maria Teresa Pinto — *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

²⁰¹ Ver esboço deste itinerário em ARAÚJO, Alberto Filipe e SILVA, Armando Malheiro da — *Mitanálise e interdisciplinaridade. Subsídios para uma hermenêutica em educação e em ciências sociais*. Braga: Universidade do Minho, 1997 (Separata da *Revista Portuguesa de Educação*, Braga 8 (1) 1995, p. 117-142 e 8 (2) 1995, p. 131-146); e Idem — Afonso Henriques, o mito fundador e a recorrência mítica. Para uma mitanálise do processo histórico português, in *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso. Volume 3 – D. Afonso Henriques na história e na arte*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 1996, p. 319-404.

acervo memorialístico, periodístico e literário coevo. Mas o engenho da palavra nem sempre se conjuga com o rigor histórico-biográfico. Pecadilho patente logo no começo: o primeiro capítulo é dedicado a *Sidónio, Presidente-Rei* dadas as óbvias conotações messiânicas (celebradas por Fernando Pessoa) da figura e os supostos prenúncios ditatoriais e proto-fascistas da “aventura” político-institucional a que se entregara. Aspectos de uma narrativa bebida nas fontes bibliográficas disponíveis sobre o tema e acriticamente misturadas, donde resulta um Sidónio sebástico, cavaleiresco e ditador de opereta trágico-burlesca, assim como um Sidonismo representado pelas “cores” que amigos e inimigos lhe escolheram. No *terminus* do seu excurso sugere a hipótese ou mote interpretativo — assaz discutível — que a 1ª República falhou por ter sido precoce, inexperiente e talhada no seu voluntarismo pelo desatinado golpe sidonista²⁰².

À guisa de apontamento ligeiro e necessariamente parcelar convém ainda ter em conta um ou outro tentame ensaístico de interpretação do Portugal contemporâneo e a pesquisa histórica no âmbito de temáticas específicas como a “questão militar” do 5 de Outubro ao 28 de Maio, as relações diplomáticas dentro e fora da tradicional aliança luso-inglesa, a participação militar na Guerra de 14-18 ou o sistema eleitoral e a persistência do caciquismo.

Na pegada de um ensaísmo à Eduardo Lourenço, embora sem a mesma *performance* estilística e teórica, Jorge Babo olhou para o Portugal afrontado, na primeira década de oitocentos, pelo modelo napoleónico, seguiu-o até à actualidade e inferiu desses 156 anos de história a “tragédia portuguesa”, definida deste modo: o país obrigado, nos alvares do séc. XIX, a adoptar um figurino institucional sem que possuísse as estruturas económicas, sociais, políticas e culturais indispensáveis para a sua aplicação e correcto funcionamento, viu-se imerso em “mitos”, gerados uns pelos outros e que, na prática, substituíram as ideologias, enquanto, por seu turno, os grupos oligárquicos, monopolizadores do Poder, se encarregaram de promover e de alimentar uma constante “falsificação da História”, ou seja, de favorecer uma ininterrupta ficção mítica. O autor funda o conceito de mito na natureza atávica do povo português tal como a encontrou expressa por Oliveira Martins e por Francisco Homem Cristo no livro *Banditismo Político* — um povo submetido ao “balancé periódico de dois pólos de atracção atávicos: o anarquismo, que lhe está no sangue, e o messianismo sebastianista, que lhe está no carácter”²⁰³. Usa-o, porém, num sentido negativo, oposto à verdade, à realidade e à concretização objectiva do modelo

²⁰² Cf. FRANÇA, José-Augusto — *Os Anos vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 465.

²⁰³ Cf. BABO, Jorge — *A Tragédia portuguesa. Dos mitos às realidades, 1820-1975*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1991, p. 133.

democrático: “O grande problema do Povo Português, no seu conjunto, é o da abertura imediata e sem qualquer hesitação a uma nova mentalidade, em consonância com o novo contexto em que vivemos. Como? Antes de mais nada, assumindo, em pleno, a verdade — o único processo de vacinação eficaz contra o regresso das mitologias.”²⁰⁴. Um retorno negativo por representar, afinal, a sucessão de perigosas fugas ao salutar realismo político: o “mito vintista”, o “mito liberal (do cabralismo à I República)”, o “mito republicano”, o “mito salazarista” e o “mito abrilista”, considerado o fim de um “trágico” ciclo a que o 25 de Novembro de 1975 passou a certidão de óbito, lançando o país nos caminhos de um futuro europeu que tem de ser diferente!...

Mas voltando atrás, ao “mito republicano”, Jorge Babo atribui o posterior descabro e suicídio da 1ª República a três erros clamorosos. Primeiro erro: os chefes republicanos reduziram a função do Presidente da República, eleito pelos deputados e não pelo sufrágio directo, à de um simples registador de maiorias e a uma figura decorativa de actos oficiais, manietado por um parlamentarismo extremo, embebido nos mesmo vícios do liberalismo monárquico, mais agravados, nomeadamente a fraccionação partidária e o bloqueio do sistema político pelo caciquismo. Segundo erro: a guerra de extermínio lançada contra a Igreja Católica portuguesa²⁰⁵. Erro porventura mais grave que o terceiro — a participação directa na Guerra.

Num trabalho ensaístico, doutrinariamente comprometido, sobre a *direita e as direitas* e centrado no Portugal (muito) contemporâneo, Jaime Nogueira Pinto lançou um resumido e inevitável olhar pela natureza ideológica e pelas razões políticas do fracasso da 1ª República e firmou-se nos estudos de autores de esquerda ou vindos da esquerda (Vasco Pulido Valente, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros...) que quebraram a visão hagiográfica criada pelos “defensores fundamentalistas” do regime para avançar com a sua própria desmontagem, aliás pouco original, da “imagem mítica e unitária da Primeira República”²⁰⁶. Enumerou, por isso, um conjunto de características conhecidas que vão desde a forma de implantação (“um regime implantado por um golpe de mão audacioso das bases militantes, especialmente dos “carbonários”²⁰⁷) até ao juízo sobre o modo como os republicanos se comportaram face às necessidades e exigências colectivas da comunidade. Em sua opinião os “republicanos não souberam pensar, nem foram capazes de equacionar e realizar, de uma forma estável, regras de jogo entre comunidade e

²⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 259.

²⁰⁵ A campanha anticlerical revelou-se contraproducente: “(...) pode bem dizer-se que “sem Afonso Costa, jamais teria havido um Salazar” ou que “o salazarismo foi criado, nas suas peças essenciais, pelo jacobinismo anti-religioso da I República” (Cf. *Ibidem*, p. 170 e ss e p. 183).

²⁰⁶ Cf. PINTO, Jaime Nogueira — *A Direita e as direitas*, ob. cit., p. 139.

²⁰⁷ Cf. *Ibidem*, p. 139.

Estado”²⁰⁸. Uma incapacidade a que não foi alheia a sua base ideológica, simples “tradução doméstica dos princípios do jacobinismo radical francês do século XIX”²⁰⁹, que manteve intacta a concepção liberal do Estado na economia e impôs o formalismo positivista e demoliberal contra a corrente nacionalista representada pela *Renascença Portuguesa* e minoritária no campo republicano. A sua prática política e eleitoral denunciou um certo autoritarismo e um acentuado divórcio entre o principal “feudo” que foi Lisboa, onde a República concentrou as suas clientelas, os seus “agentes” e eleitores, e o resto do país, onde se localizava a maioria do país e o grosso da actividade económica. Uma prática socialmente contraditória, na medida em que a República tentou não hostilizar as classes possidentes, embora fosse repressiva, quer no plano legislativo, quer através da *formiga branca* e dos “voluntários civis”, contra sindicalistas e camponeses, católicos e monárquicos irredutíveis. Some-se a isto a ineficácia dos políticos republicanos na resolução dos problemas estruturais da sociedade portuguesa, agravados naturalmente pelas consequências imediatas da Grande Guerra. Gerou-se, assim, uma instabilidade crescente, que provocou a erosão da base social de apoio e a contínua intromissão dos “quartéis” na política. Ao fim de dezasseis anos o regime tinha concitado contra si uma ampla hostilidade dos grupos sociais activos e de instituições fortes como a Igreja e o Exército. E o autor conclui: “O modelo da “república jacobina” e a sua crença de que os problemas nacionais e sociais se resolviam através de oratória, demagogia e “mão dura” nos dissidentes, levaram ao desastre os republicanos tanto mais que não foram, num regime pluralista, capazes de encontrar uma alternativa conservadora ao Partido Democrático”²¹⁰. Alternativa de que se aproximaram as tentativas “bonapartistas” de Pimenta de Castro e, sobretudo, de Sidónio Pais. Para Nogueira Pinto o sidonismo foi, no plano nacional, a “mais acabada solução cesarista, não lhe faltando nem o carisma militar do Presidente-Rei, nem a recomposição ou realinhamento de forças tradicionais, nem a nota plebiscitária”²¹¹. A observação tem pertinência: dentro da crise do modelo parlamentar oitocentista em Portugal Sidónio protagonizou uma “saída bonapartista” de cariz republicano.

Sobre os “casos” da República, a conduta política dos militares, as relações diplomáticas, a participação directa no primeiro conflito mundial e o funcionamento do sistema eleitoral sob o regime republicano segue-se uma breve nota.

A morte em 19 de Outubro de 1921 de Machado Santos, de José Carlos da Maia, de António Granjo, de Carlos César Freitas da Silva, Carlos Alexandre Botelho de Vasconcelos e Carlos Jorge Gentil, facto trágico que ficou associado à “camione-

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 141.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 140.

²¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 141.

²¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 215.

ta fantasma” que transportou as vítimas e foi comandada por Abel Olímpo, o “Dente de Ouro”, permanece um enigma — ajuste de contas de monárquicos e católicos ou “vingança da ‘rua’ democrática”? — e há-de, sem dúvida, alimentar exercícios mais ou menos engenhosos, mais ou menos fundamentados como o recente estudo, mais especulativo que indagativo, de Fernando Honrado²¹², que sucedeu ao ensaio de José Brandão, rico em dados coligidos, falho em elucidações esclarecedoras e pouco objetivo na insinuação de que Sidónio Pais virara “dos pés à cabeça toda a vida política portuguesa”, dera força aos monárquicos, ferira de morte a República e criara o ambiente propício a mais um mistério, propício à Noite Sangrenta²¹³. Um mistério revisitado, há pouco, por José Martins Almeida num opúsculo deliberadamente inconclusivo²¹⁴.

Cerca de dois anos depois, iniciava-se o célebre caso do “Angola e Metrôpole”, vulgarmente conhecido como a “burla” quase perfeita de Alves dos Reis, que abalou a sociedade portuguesa e esteve intimamente ligado à política colonial e às dificuldades sócio-económicas e políticas da 1ª República. Francisco Teixeira da Mota acaba de nos fornecer uma reconstituição aliciante e segura de uma aventura singular, em quatro finos volumes de elevada qualidade gráfica e profusa ilustração²¹⁵.

A importância dos militares no processo histórico-político contemporâneo é conhecida e mereceu já, para o séc. XIX, um ou outro relance atento: Fernando Pereira Marques deteve-se sobre a componente militar na transição do Antigo Regime para o Estado liberal²¹⁶. E se parece certo o distanciamento tático do Exército, sujeito, desde o último quartel de oitocentos, a uma complexa mutação interna, face ao duelo Monarquia – República, essa postura não contradiz a tese óbvia expressa por José António Saraiva, num livro singular — estimulante incursão retrospectiva pelo passado não muito longínquo de Portugal sob a forma de conversa a dois —, a propósito do golpe de Sidónio Pais, do enfraquecimento da República, da urgência messiânica de “alguém” que tornasse a realidade suportável e da missão redentora dos militares²¹⁷. A crescente

²¹² Ver HONRADO, Fernando — *Os Fuzilados de Outubro. Lisboa – 1921. Colaboração de Maria Manuela de Moura*. Lisboa: Acontecimento, Estudos e Edições, 1995.

²¹³ Ver BRANDÃO, José — *A Noite sangrenta*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991, p. 94-111.

²¹⁴ Ver ALMEIDA, J. A. Martins — *Nos meandros do 19 de Outubro*. Braga: Edição do Autor, 1998.

²¹⁵ Ver MOTA, Francisco Teixeira da — *Alves dos Reis. Uma história portuguesa*. [4 vols.] *Acto I – A Paixão por Angola. Acto II – E as notas fizeram-se dinheiro. Acto III – O Sonho desfeito. Acto IV – O Julgamento final*. Lisboa: Público/Contexto Editora, 1997.

²¹⁶ Ver MARQUES, Fernando Pereira — *Exército e sociedade em Portugal. No declínio do antigo regime e advento do liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981; Idem — Do exército providencial ao exército salazarista, in *O Fascismo em Portugal*, ob. cit., p. 195-205; Idem — Os Militares. A Crise do antigo regime e o advento do liberalismo, in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982; e Idem — *Um Golpe de estado. Contributo para o estudo da questão militar no Portugal de oitocentos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.

²¹⁷ Cf. SARAIVA, José António e SILVA, Vicente Jorge — *O 25 de Abril visto da história. Do 25 de Abril às presidenciais falando do século XIX, da república, de Salazar*. Amadora: Livraria Bertrand, 1976, p. 22-23.

centralidade política destes últimos foi, posteriormente, objecto de uma pesquisa sociológica conduzida de forma pioneira e modelar por Maria Carrilho²¹⁸, retomada de um ângulo político-institucional por José Medeiros Ferreira, tendo em conta o séc. XX e aderindo, no que concerne ao golpe dezembrista/sidonista e ao subsequente impacte na vida do C.E.P., à tese de que o “dezembrismo sidonista” resultou, sobretudo, de factores decorrentes da mobilização para a Grande Guerra, além de evidenciar “sinais de proto-corporativismo”²¹⁹.

Articulando a política externa republicana com a problemática da Guerra de 14-18, Nuno Severiano Teixeira, que já ensaiara a propósito do *Ultimatum* uma “análise sistémica” das relações internacionais e da relação política externa – política interna²²⁰, jogou com os dados da História Diplomática, carreados nomeadamente por Hipólito de la Torre Gómez sobre o “perigo” reaccionário espanhol²²¹, por John Vincent-Smith em torno das relações luso-britânicas²²² ou por Jean Derou no respeitante às relações franco-portuguesas²²³, e com as posições historiográficas predominantes sobre as causas da presença militar portuguesa na frente europeia — defesa das colónias de África e receio dos intuítos hegemónicos da vizinha Espanha. Jogou com tudo isso para apostar numa síntese de três teses explicativas — o perigo externo, a perda das colónias e a sobrevivência do regime, ou seja, “a consolidação e a legitimação da República e o reforço do partido, cuja estratégia levou Portugal à Grande Guerra”²²⁴.

Não pode também ser esquecida a recente achega de José Medeiros Ferreira²²⁵, pouco extensa, mas de extrema importância para uma nova compreensão do papel

²¹⁸ Ver CARRILHO, Maria — *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

²¹⁹ Ver FERREIRA, José Medeiros — *O Comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 69-88.

²²⁰ Ver TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

²²¹ Ver TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Conspiração contra Portugal (1910-1912). As Relações políticas entre Portugal e Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978; Idem — *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980; Idem — *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919*. Madrid: Espasa-Calpe, 1983; e Idem — *Do “perigo espanhol” à amizade peninsular: Portugal-Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

²²² Ver VINCENT-Smith — *As Relações políticas luso-britânicas, 1910-1916*. Lisboa: 1975.

²²³ Ver DEROU, Jean — *Les Relations franco-portugaises a l'époque de la première république parlementaire libérale (5 Octobre 1910 – 28 Mai 1926)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.

²²⁴ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano — *O Poder e a guerra, 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 381. Implicados neste projecto de maior fôlego acham-se dois estudos publicados uns anos antes: Idem — *A Fome e a saudade. Os Prisioneiros portugueses na Grande Guerra. Penélope*, Lisboa (8) 1992, 91-114; e Idem — *Le Portugal et le traité de Paix*, in *XIX International Colloquium of Military History*. Istambul: 1993, p. 70-75.

²²⁵ Ver FERREIRA, José Medeiros — *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992.

da diplomacia portuguesa durante a Conferência da Paz, em Paris – 1919, e dos fracos resultados nela obtidos. Entre a insistência de Sidónio Pais, comunicada por telegrama ao seu representante na Conferência, Egas Moniz, para prescindir da oferta de novos territórios coloniais, substituídos por compensações de ordem financeira, a posição deste último favorável ao alargamento do domínio colonial português e a estratégia de Afonso Costa, seu sucessor à frente da delegação portuguesa, direccionada no sentido óbvio da manutenção do domínio colonial praticamente adquirido durante a guerra e, sobretudo, da valorização de outras metas²²⁶, os ganhos efectivos após uma tão difícil maratona negocial reduziram-se a pouco e revelaram-se até amargos quanto ao ponto sensível da representatividade internacional da Península Ibérica: a Espanha neutral entrou no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, contentando-se Portugal com a sua integração nesse novo plano de segurança colectiva nas relações internacionais — o sistema multilateral da SDN — e com a presença na Comissão Permanente de Mandatos, o que conferia alguma importância à dimensão colonial portuguesa.

Das indagações, pelo interior do sistema político republicano, acerca dos mecanismos eleitorais da participação política ou do acesso aos órgãos centrais de decisão, conduzidas por Luís Vidigal²²⁷ e, sobretudo, por Fernando Farelo Lopes²²⁸, ficou mais claro o bloqueio hegemónico/ditatorial do sistema por parte do P.R.P. após a fractura de 1911 e através de um significativo conjunto de leis (o código eleitoral de 3 de Julho de 1913) e de práticas eleitorais restritivas (o retorno ao voto capacitário contra as promessas anteriores em prol do sufrágio universal, a “neutralização” do voto rural, etc) que prejudicaram a credibilização das novas instituições. O P.R.P. ou P.D. herdou do constitucionalismo monárquico uma “máquina eleitoral eficaz e poderosa”, de implantação essencialmente urbana, que os outros grupos partidários pretendiam controlar e esta pretensão tornou-se uma grave questão de regime, subjacente, segundo o autor, às tentativas de “violação das regras do jogo” pela via da força²²⁹. E, sempre

²²⁶ A saber: “(...) a representatividade internacional da Península Ibérica na Sociedade das Nações; a constituição de uma frota de Marinha Mercante; o equipamento militar das Forças Armadas; o não-pagamento das despesas de guerra e o acesso a fundos financeiros derivados das reparações e indemnizações a pagar pelos alemães. E ainda se pugna pela propriedade dos cabos submarinos alemães que amarravam nos Açores e pela restituição de Olivença” (Cf. FERREIRA, José Medeiros — *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*, ob. cit., p. 82-83)

²²⁷ Ver VIDIGAL, Luís — *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal, 1890-1916. Estudos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

²²⁸ Ver LOPES, Fernando Farelo — A 1ª República: da “ditadura” democrática à violação das regras do jogo. *Risco*, Lisboa (1) Primavera 1985, p. 121-128; Idem — Cultura política e grupos sociais na 1ª república. *Risco*, Lisboa (2) Verão 1985, p. 51-61; e Idem — *Poder político e caciquismo na 1ª república portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

²²⁹ É esta a tese central do livro LOPES, Fernando Farelo — *Poder político e caciquismo na 1ª república portuguesa*, ob. cit. Ver p. 161-164.

que tiveram êxito, os golpes militares contra os democráticos levaram, segundo Farello Lopes, à implantação de governos ditatoriais e autoritários. Foi assim no “golpe das espadas” de 1915 do qual saiu a formação do governo do general Pimenta de Castro “apadrinhado” pelo Presidente da República Manuel de Arriaga, e no golpe dezembrista de 1917, que originou o Sidonismo. Este, porém, ostentou um carácter “nacional” que a ditadura de Pimenta de Castro não lograra alcançar²³⁰. O autor limitou-se, pois, a integrar na sua leitura dos estranhamentos jurídico-constitucionais, político-institucionais e eleitorais do sistema republicano a perspectiva de Villaverde Cabral, de Fernando Rosas, de António José Telo e de outros, a respeito do cariz autoritário e proto-fascista do sidonismo²³¹.

A rematar esta já longa resenha, anotamos um outro olhar pelo conjunto da obra ideológico-política republicana, assaz crítico e áspero. Referimo-nos ao contributo de João Medina. No último ponto do livro “*Oh! a República!...*”, organizado a partir da reunião de estudos dispersos sobre política, iconografia e cultura republicanas, redigido numa toada viva, apaixonada, amiúde redutora ou excessiva e utilíssimo pela vasta erudição histórico-bibliográfica e prosopográfica condensada em longas notas finais, o autor responde à pergunta *a I República – o que foi?* em moldes que não parecem deixar dúvidas quanto ao seu severo juízo de cidadão-historiador, seduzido, sem cautelas, pela inevitável escrita histórica “da frente para trás” e indignado com a ineficácia modernizadora e moralizadora da “grei” republicana²³². Uma República falhada que escapou das mãos de homens honestos, de burgueses pragmáticos, moderados e sensatos como José Relvas e Tomé de Barros Queiroz²³³ e que foi conspurcada “pela Demagogia dos Costas”. Eis, em síntese, os contornos fortes de uma interpretação submersa por uma grossa camada de erudição histórica e fragmentada em abordagens parcelares e monográficas, vertidas umas nos dois tomos da *História Con-*

²³⁰ Cf. Idem — A 1ª República: da “ditadura” democrática à violação das regras do jogo, art. cit., p. 127-128.

²³¹ Num artigo sobre a revista *Pela Grei*, órgão da Liga de Acção Nacional, dirigida por António Sérgio, o autor não tem dificuldade em mostrar algumas afinidades de fundo entre certos princípios e valores políticos sergianos e o novo nacionalismo de cariz “cesarista”, autoritário e apartidário plasmado na experiência sidonista: Idem — A Revista “Pela Grei” (doutrina e prática políticas). *Análise Social*, Lisboa, 18 (72-73-74) 1982, p. 759-772.

²³² Ver MEDINA, João — “*Oh a República!...*”. *Estudos sobre o republicanismo e a primeira república portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 309).

²³³ É notória a simpatia que João Medina tributa a estes dois republicanos históricos, alinhados no grupo moderado do unionismo camachista. Ver o seu posfácio in QUEIROZ, Vasco de Barros — *Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*. Lisboa: Editorial Eva, [1985], p. 563-571. Trata-se do mesmo texto citado com o título *A I República — o que foi?* e incluído em MEDINA, João — “*Oh! a República!...*”, ob. cit., p. 309-314 e em Idem (dir.) — *História de Portugal, vol. XI – A República. O nó górdio e as espadas*, ob. cit., p. 345-352.

temporânea de Portugal relativos à 1ª República²³⁴ e retomadas, essas e outras, nos volumes décimo e décimo primeiro da *História de Portugal*²³⁵.

Em ambos os projectos editoriais deparamos com um núcleo heterogéneo de colaboradores, a maioria dos quais está, porém, ligada à Faculdade de Letras de Lisboa. Limitamo-nos, porém, a realçar, aqui, do segundo projecto, vol. X, três contribuições: a de Ernesto Castro Leal com o seu utilíssimo estudo sobre *Partidos e grupos políticos na I República*, a de António Ventura com *A Maçonaria e a República* e a de António Matos Ferreira reconhecido especialista em História da Igreja e nomeadamente da chamada “questão religiosa”²³⁶. Do vol. XI destacamos as contribuições assaz proveitosas de António Ventura sobre *A Seara Nova e a República* e sobre *O Operariado e a República*, de António Sousa Franco intitulada *As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis* e de António Telo *A Economia da República e a República e as Forças Armadas*²³⁷.

3. Nota final

A fechar esta retrospectiva da investigação historiográfica produzida, convocamos os contributos atrás referidos de Miriam Halpern Pereira, Villaverde Cabral, Vasco Pulido Valente, Douglas Wheeler, Fernando Catroga, Fernando Rosas, João Bonifácio Serra e Rui Ramos pelo que especificamente oferecem de inovador ou de diferente para a apreensão histórica da República e do Republicanismo.

Os contributos referidos enformam a hipótese geral que tem orientado a nossa própria pesquisa e que consiste em questionar o cariz meramente demoliberal, circunstancial e não conjuntural do republicanismo e da República instaurada em 5 de Outubro de 1910. Por de trás dos “clássicos” valores liberais e da assunção do

²³⁴ Ver MEDINA, João (dir.) — *História contemporânea de Portugal*, 7 vols. [Lisboa]: Multilar, 1988; tomos 1 e 2 — Primeira república. Da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar (2 vols.).

²³⁵ Idem (dir.) — *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vols. X — *A República. Sonhos e malogros* e XI — *A República. O nó górdio e as espadas*. Amadora: Ediclube, 1993.

²³⁶ Ver LEAL, Ernesto Castro — *Partidos e grupos políticos na I república*, in MEDINA, João — *História de Portugal*, vol. X, ob. cit., p. 287-318; VENTURA, António — *A Maçonaria e a república*, in *Ibidem*, p. 319-338; e FERREIRA, António Matos — *A Igreja e a república*, in *Ibidem*, p. 339-361. Sobre a “questão religiosa” propriamente dita ver a sinopse feita por SILVA, Armando B. Malheiro da — *Os Católicos e a “República Nova” (1917-1918): da “questão religiosa” à mitologia nacional. Lusitana Sacra*, Lisboa, 2ª série (8/9) 1996/1997, p. 385-499; e ainda NETO, Vitor — *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 265-361.

²³⁷ Ver VENTURA, António — *A Seara Nova e a república*, in *Ibidem*, , vol. XI, p. 129-153; Idem — *O Operariado e a república*, in *Ibidem*, p. 173-193; FRANCO, António Sousa — *As Finanças públicas na I república: a continuidade das finanças débeis*, in *Ibidem*, p. 211-218; TELO, António — *A Economia da república*, in *Ibidem*, p. 219-247; e Idem — *A República e as Forças Armadas*, in *Ibidem*, p. 251-296.

democratismo parlamentar e burguês escondem-se contribuições ideológicas de sentido muito diverso e oposto como o nacionalismo, o cientismo e até o socialismo utópico e filantrópico. Daí a dupla face na mesma “moeda”: o parlamentarismo e o presidencialismo; o liberalismo económico e o intervencionismo estatal; a defesa dos direitos individuais e a cultura de intransigência moral, científica e anti-clerical; etc. Antinomias que muito simplificadamente remetem para a contradição letal do sistema político “outubrista”: querer ser um regime de liberdade política e económica e, ao mesmo tempo, (re)fundador de um Portugal novo, projecto ideológico-mítico totalizante, para não dizermos (por ser excessivo) totalitário...

Se esta hipótese for sendo desenvolvida e confirmada por uma investigação sistemática e contínua, terá, certamente, de ser reconstruído o quadro teórico problematizador da génese do Estado Novo e do “fascismo” português ou à portuguesa.

ÚLTIMOS NÚMEROS PUBLICADOS

N.º 30

José Luís Cardoso
Pompa e Circunstância: a economia do luxo na época barroca
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira
A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX
Carlos Coelho Maurício
A Teoria da História de Portugal de Oliveira Martins
Félix Talego Vázquez
Poder Municipal, Subvenciones y Clientelismo en el Mundo Rural Andaluz

HISTÓRIA E
INFORMÁTICA

N.º 32

Nuno Luís Madureira
Consumo, Preços e Salários (1760-1830)

Maria João Vaz
Crime e Sociedade em Portugal no Final do século XIX
Nuno Pinheiro
Classes Populares na Fotografia do Início do Século XX
Rafael Durán Munõz
Radicalización Obrera en la «Revolución de los Claveles»
Eddy Stols
Convivências e Conivências na Rota do Açúcar Brasileiro
Alberto Gil Novales
Oligarquia y Caciquismo, en Perspectiva

Homenagem a Albert Silbert

Harold B. Johson
Distribuição de Rendimentos numa Aldeia Medieval Portuguesa

N.º 34

José-Augusto França
A Crítica da Arte em Portugal no Século XIX
Miriam Halpern Pereira
Oliveira Martins e o Fontismo
José Machado Pais
Enigma do «Fado» e Identidade Luso-Afro-Brasileira
Teresa Rodrigues e Piedade Braga Santos
Poder Central e Poder Local: um caso de conflito
Rui Manuel Brás
Os Sapateiros de Lisboa e o Liberalismo Económico
Pedro Janarra
Política Urbanística e Habitação Social do Estado Novo
Luís Vicente Baptista
Casa, Família e Ideologia

Ainda disponíveis os números especiais:

N.º 29 - A FAMÍLIA NA HISTÓRIA

N.º 31 - AÇORES: PEÇAS PARA UM MOSAICO

N.º 33 - EXCLUSÃO E INTOLERÂNCIA

N.º 35 - MODERNIDADE E EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

N.º 36 - NOROESTE PENINSULAR

NORMAS DE COLABORAÇÃO

As contribuições devem ser inéditas. A aceitação de artigos publicados previamente noutras línguas que não o português pode, contudo, ser considerada, a título excepcional.

Os artigos devem ser dactilografados a dois espaços. Deverão ser enviadas duas cópias, acompanhadas de um resumo, com um máximo de 100 palavras, em português, francês e inglês.

As notas, numeradas consecutivamente ao longo do artigo, devem ser apresentadas separadamente do texto.

Os originais não serão devolvidos, quer sejam publicados, quer o não sejam, a menos que o autor se queira deslocar para esse fim.

DOSSIER

As Origens Históricas do Estado Providência:
perspectiva comparada

Miriam Halpern Pereira

Apresentação

Lothar Machtan

A Construção do Estado Social Alemão e a Política
Social de Bismarck

Øyvind Bjørnson

O Estado Providência na Noruega: os anos de formação

Miriam Halpern Pereira

As Origens do Estado Providência em Portugal: as novas
fronteiras entre o público e o privado

Maria Dolores de la Calle e Mariano Esteban de Vega

Los Orígenes del Estado Social en España

Anne Cova

Génese do Estado Providência em França: protecção da
maternidade e movimentos de mulheres

ESTUDOS

Lúcia Maria Bastos P. Neves

O Privado e o Público nas Relações Culturais do Brasil com
Portugal (1808-1822)

Maria Luís Rocha Pinto

A Transição Demográfica no Concelho de Castelo Branco
(1864-1950)

Maria Eugénia Mata

Indústria e Emprego em Lisboa na Segunda Metade
do Século XIX

Sofia Gaspar

Algumas Reflexões Acerca da Evolução Histórica
da Anorexia Nervosa

DOCUMENTOS EM ESTUDO

António Alves Caetano

Configuração Económica das Freguesias de Lisboa em 1895

a p o i o :

ESPELHO DE CLIO

Carlos Bastien e José Luís Cardoso

Em Memória de Armando de Castro (1918-1999)



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

MC

MINISTÉRIO DA CULTURA